Samurai da Paz

Armando Soichi Iwaya

ARMANDO SOICHI IWAYA

SAMURAI DA PAZ

Saga de um Imigrante Japonês

Editora: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Curitiba, 1982

Dedico esta história a minha querida mãe, que deixou prematuramente esta terra, depois de me orientar e forjar para a vida e que continua a velar por mim e a guiar-me espiritualmente;

aos imigrantes japoneses que lutaram com sacrifício para dar melhores dias aos seus filhos nesta terra generosa;

aos brasileiros hospitaleiros que, cheios de amor e carinho, deram-nos condições para a pronta integração e assimilação;

e a minha esposa, Elvira Alberini, brasileira, filha de imigrantes italianos, e a meus filhos, José Carlos, Marilda Lúcia e Cláudio Antônio, curitibanos, todo meu amor e carinho, e ao Hélio - falecido - muita saudade.

Í N D I C E

CAPÍTULO	PÁGINA

PREÂMBULO

As criaturas humanas não são apenas reflexos dos ambientes donde se originam. Cada um de nós é impregnado de vicissitudes ocultas e, não raro, antagônicas à nossa vivência. Com o decorrer dos anos os homens ficam às vezes periclitando na curva do destino sem saber o rumo que devem tomar. Sentem apenas que no reflexo caleidoscópico de sua vivência imagens do passado dançam o bailado da saudade ao ritmo dos enigmas do futuro.

Só os mais fortes, entretanto, conseguem complementar a sua sensibilidade com a força elucidativa e concreta da cultura. Isto quando a mesma é adquirida não apenas

por vaidade, mas como reforço de qualidades inatas.

É verdade que isso equivale a detalhes pragmáticos que dão base sólida à formação da personalidade. Raramente, no entanto, eles não justificam o complexo subjetivo em latência na alma que, às vezes, torna-se volúvel ao impacto sensorial da vontade e só amadurece quando é freado pela força do desejo individual de se conseguir o que se pretende. Nem sempre, porém, é fácil alcançar o ápice da rota concludente onde mora a vitória. Mas a persistência é um desafio à variedade de percalços que de quando em quando obnubilam a conquista do ideal sonhado.

Existem, todavia, os que vencem mais pelo sofrimento do que pelo orgulho aristocrático da vaidade e chegam ao cume de suas pretensões, subindo os degraus da íngreme escada do sucesso, como o fez Armando Soichi Iwaya. Quando ele chegou do Japão tinha apenas 10 anos, mas então já sonhava com novos horizontes. Nada lhe era fácil .

O prólogo de sua odisséia foi sacrificante. Foi entregador de roupas, jornaleiro e lavrador enquanto estudava. Estudava muito. Hoje é detentor de quinze diplomas e de outras tantas condecorações sendo que uma delas deu-lhe o grau de comendador.

Comendador Armando Soichi Iwaya ! Continua, porém, modesto como criatura humana. Sua filosofia sempre foi de congraçamento, principalmente entre japoneses e brasileiros. Por isso, o título desta sua auto-biografia - SAMURAI DA PAZ - é plenamente correto.

São páginas escritas num estilo despretensioso. São intenções de formar um auto-retrato. E fez bem em publicá-la. Os traços de sua vida devem ser tomados como exemplo de congraçamento e de cordialidade entre raças diferentes. Não é a língua que identifica os homens, mas o caráter.

SAMURAI DA PAZ não é apenas conjectura de uma vida, mas demonstração concludente de exemplos de quem lutou, sofreu e venceu.

O importante, porém, não é definir o homem e, sim, tomar dele, como modelo, o que o dignifica como gente. Não gente protegida por armaduras como as que usavam os antigos guerreiros ou samurais da terra dos antepassados de Armando Soichi Iwaya. Ele jamais usou armaduras belicosas, pois sempre procurou e procura ser SAMURAI DA PAZ. Este livro completa, por essa razão, as insígnias honoríficas que ele merecidamente recebeu.

L. ROMANOWSKI
(Laureado pela Academia Brasileira de Letras e pela Academia de Lutèce, de Paris)

Goethe sonhava, em Strassburger, escrever um livro, como quem sonha construir uma catedral.

O meu caso é semelhante e aqui está o livro que construí com os tijolos feitos dos acontecimentos da minha vida.

Poderá não agradar a todos, embora algum leitor talvez possa encontrar nele inspiração.

Se isso acontecer sentir-me-ei feliz, porque sempre sonhei unir as raças para a formação de um mundo só.

ARMANDO SOICHI IWAYA

"OS BEIJOS E LÁGRIMAS NÃO FICAM NA NOSSA ÉPOCA. QUE DIZER ENTÃO DE NÓS ?"
Dostoiewski

À GUISA DE EXPLICAÇÃO

Os samurais - ou, literalmente , servidores do imperador, eram guerreiros , membros da casta militar, que estavam a serviço dos daimios, isto é, dos príncipes feudais cujos privilégios foram extintos pela revolução de 1868 - são ao mesmo tempo a flor e a raiz da nação japonesa, graças à poderosa e demorada influência que exerceram sobre o povo que governaram durante sete séculos.

Impedidos de exercer o comércio , os samurais não ajudaram os mercadores, mas não há nenhuma área de atividade, nenhuma avenida do pensamento japonês, que não tenha recebido, em maior ou menor grau, a in-

fluência do "bushidô" ou caminho do samurai. Pode-se dizer que o Japão de hoje representa a obra e a herança daqueles heróicos guerreiros.

Na opinião de Inazo Nitobe,moderno escritor japonês, nenhum outro modo de pensar tomou o lugar do "bushidô" entre os nipônicos. Acredita ele que, não tendo dogmas nem fórmulas próprias de defesa, o "bushidô" poderá desaparecer como entidade, tal como a flor da cerejeira cai diante do primeiro sopro da brisa matinal, mas nunca terá o destino da extinção total (a flor da cerejeira face ao vento constitui-se na imagem favorita dos poetas japoneses).

O samurai, como classe claramente identificável, desaparece da história do Japão, mas os seus valores morais e padrões de comportamento, corporificados no "caminho do samurai", perpetuam-se como poderosos guias dos nipônicos na sua caminhada, século XX adentro, para a construção de uma nova e poderosa nação.

1

A TERRA ONDE NASCI

Tudo nasce: as flores, as aves, as borboletas, os santos e os bandidos. Não importam os lugares, as cidades, os estados ou países. A genética imprime nas criaturas traços característicos da terra de origem. Isso, porém, nem sempre acontece. Existem exceções e sou prova disso. Não tenho traços acentuadamente nipônicos, embora tenha nascido na terra dos samurais. Os meus hábitos também mudaram. É certo que o Japão daquele tempo era pouco parecido com o que é hoje. Os traços do passado, contudo, sempre ficam. E a gente nunca esquece do lugar onde nasceu.

A aldeia em que vi pela primeira vez a luz da vida chama-se Izumita. Não tem maior destaque no mapa. Possui, entretanto, grata significação na minha lembrança. Guardo-a no cofre da minha recordação como quem guarda, num álbum antigo, o retrato de sua meninice.

Tem clima temperado e a sua economia é baseada na agricultura, principalmente no cultivo de cereais e de frutas, sendo a maior produtora de maçãs do Japão.

Izumita pertence, juridicamente, ao distrito de Inata, no município de Iwasse, hoje Sukagawa, da Província de Fukushima. Fica no extremo norte do Japão e dista mais ou menos 250 quilômetros de Tóquio.

Aí está o meu cartão de apresentação, ou melhor, a tentativa de dizer quem sou. É verdade que não devemos julgar as pessoas pelos lugares em que nasceram, mas pelo que são. Convém contar-lhes quando nasci, o que aliás, também não é tudo porque existem velhos moços e moços velhos.

A casa em que nasci era uma dessas casas onde a tradição morava com respeito.Era tipicamente nipônica. Construída de madeira, com paredes corrediças e desmontáveis. Rodeada por um bosque, cujas árvores, especialmente plantadas, preservavam-na do calor do verão e das intempéries no inverno. E, em todas as estações, oxigenavam o ar que respirávamos.

Adiante, ao redor, havia terras próprias para o plantio. No meio havia um barracão onde eram guardados os cereais: arroz,soja, etc. Esse barracão, além de ser útil, era um detalhe estático na paisagem que mudava. Guardava ele, no seu bojo, frutos que a mão do homem produzia.

Um pouco mais adiante havia arbustos, quase árvores, esteticamente plantados, que se estendiam até a estrada principal. Uma estrada não muito larga, que passava defronte do templo xintoísta Kassuga-jinja. Este era rodeado por um bosque milenar perfumado de resinas e adoçado pelo canto dos pássaros. Periodicamente eram realizados ali festejos artístico-folclóricos. O povo nipônico conservava no coração um amor arraigado à sua cultura.

Embora eu, naquele tempo, não soubesse disso, já sentia respeito por tudo aquilo que os mais velhos amavam. Havia entre eles, os adultos, e eu, ainda garoto, uma ligação sentimental.

Sou meio-termo. As rugas do rosto são apenas detalhes externos. O mesmo acontece com os cabelos brancos. Brancos ou pintados, não importa. A verdadeira idade é aquela que se sente em qualquer idade. Pois bem: nasci em 28 de março de 1924. Era o 13º ano da Era de Taisho. Não sei se isso teve alguma influência no meu destino. Conto - o porque as criaturas gostam de signos e símbolos, embora não os saibam explicar. Enquanto o tempo, uma eterna repetição de quatro estações, não se modifica, as criaturas mudam com o passar do tempo. Sem querer discutir a lei cósmica nem decifrar símbolos dentro da cosmovisão prefiro, apenas, respeitá-los. Ainda mais: sou o primogênito dos filhos homens, o que, naquele tempo, era importante mesmo numa família modesta, sem brazões de nobreza como a minha, que tinha, isso sim, a honrosa tradição dos agricultores da província e gozava de grande conceito social.

Meu pai chamava-se Sonosuke Iwaya e minha mãe Katsu Iwaya. Como os meus avós, nasceram e sempre viveram em Izumita. Éramos felizes: eles, meus irmãos e eu. A felicidade naquela época era mais consistente, era mais felicidade. Eu ainda não possuía a capacidade de compreender, mas estranhava certas conversas dos adultos a respeito de prenúncios de alteração do modo de vida. Por ser o mais velho dos irmãos eu gozava de maiores liberdades. Ouvia o que os mais idosos falavam e procurava compreender. Não interferia, porém, no que se passava. Os privilégios de educação, como primogênito, sobrecarregavam-me de obrigações. Era a mim que cabia a sucessão do honrado nome da família. Isto, naquela época, não deixava de ser um resquício de feudalismo que a tradição respeitava com orgulho. Os lugares, as posições e a lembrança do que ficou para trás, eram símbolos que testemunhavam o valor dos que dormiam no leito histórico da saudade.

Amava-se o presente e tinha-se saudade do passado. O presente era motivo de respeito. Era a sucessão histórica do passado, que estava vivo nas paisagens, nas árvores seculares, nas casas quase centenárias, nos ventos e no sol que todos os dias aquecia a pequena aldeia onde morávamos.

2

A IDÉIA LUMINOSA DE MUDANÇA

Hoje amo o Brasil e as coisas deste país onde vivo e constituí família, mas sempre acorda na minha lembrança um sentimento atávico. Sinto, talvez por isso, o que meu pai sentia: o amor à tradição. Creio que esse era o motivo pelo qual a mudança de regime político no Japão não agradava a meu pai. Eu pressentia isso sem compreender a transição política. Não compreendia, mas notava que certas regalias lhe iam sendo restringidas. Percebia que isso o chocava, pois ele antes sempre auxiliava outros lavradores e, agora, a preponderância do regime impedia que o fizesse. Isso também começou a despertar prevenções entre meus tios e avós. Por fim, meu pai pensou em afastar-se do país . Mas para onde ir ?

Nesse ínterim, ele teve conhecimento de que a nova filosofia do Japão era expansionista e isso o agradou. Soube que a primeira meta era ocupar a Manchúria e intensificar a exploração de carvão e ferro. Integrou-se à idéia e estava disposto a emigrar para lá.

Minha mãe, no entanto, não gostou da idéia. Alegou que, sendo ele um lavrador, jamais poderia transformar-se em mineiro e agüentar o frio intenso o ano inteiro e conseguiu demovê-lo. Propôs-lhe o Brasil, país onde as terras férteis precisavam de lavradores. Onde os homens ainda não estavam intoxicados de vícios e ódios milenares, onde os estrangeiros eram acolhidos como irmãos e onde o clima era ameno durante o ano todo. Meu pai escutou-a em silêncio pensando na propaganda que destacava as vantagens que o Brasil oferecia.

É verdade que os propagandistas eram prepostos dos fazendeiros, mas as afirmativas que eles faziam eram tentadoras. Eles diziam que o Brasil era o país do futuro, precisava de imigrantes inteligentes, de homens capazes que, trabalhando, poderiam ficar ricos. E os japoneses tinham a preferência. No Brasil, existiam terras diversificadas e o clima era ameno. Era diferente da Manchúria, onde o clima mantém-se sempre frio e não há frutas como no Brasil, onde abundam, não apenas as silvestres mas, principalmente, as cultivadas: laranja, abacaxi, banana, uva, caqui, limão e tantas outras. E havia, ainda, um inconveniente para os que eram aceitos para trabalhar na Manchúria: não podiam levar suas famílias, enquanto o Brasil acolhia-as de braços abertos.

Meu pai ponderou tudo isso e o seu entusiasmo, apoiado nos argumentos de minha mãe, cresceu em favor da vinda ao Brasil. Apareceu, no entanto, o sentimento arraigado de meus avós que não queriam aceitar a separação da família. E os sentimentos nipônicos, naquele tempo, eram correntes de aço que prendiam na atávica estima os parentes.

Não era fácil quebrar essas correntes, mas com a maneirosa explicação de meu pai e as inteligentes argumentações de minha mãe, tudo ficou resolvido. Os ressentimentos de separação transformaram-se em votos de feliz viagem. Trocaram-se então sorrisos e iniciaram-se os preparativos da nossa emigração. Sem demora ficaram legalizados os papéis que nos permitiam sair do Japão, tomando o caminho do país iluminado pelo Cruzeiro do Sul.

3

RUMO AO BRASIL

A nossa viagem teve início de carro até a estação de Sukagawa. Ali, com uma nova sensação, embarcamos no trem. O resfolegar rítmico da máquina e, de vez em quando, o seu apito, formavam uma dualidade de alegria e saudade que se misturavam na nossa imaginação. Estávamos deixando Fukushima, com suas árvores, flores, pássaros e festas folclóricas e íamos em direção a Tóquio.

Do pouco tempo de permanência em Tóquio guardo a impressão de grandiosidade e de movimento dada pela Capital ao menino que fazia a sua primeira viagem. Lembro, também, que meu pai me levou para ver o quartel onde ele havia sido guarda imperial.

De Tóquio prosseguimos até o Porto de Kobe, que não imaginávamos como era.

Em Kobe ficamos hospedados na Casa dos Emigrantes e logo recebemos orientação e noções referentes ao Brasil. Aceitamos tudo com interesse. Estávamos dispostos não só a aprender o que nos ensinavam, mas a chegar ao Brasil - nossa nova pátria - preparados para não entrar em choque com os costumes da terra que iríamos cultivar e amar.

Meu pai lia o manual, em português e japonês, que recebeu de presente.

Kobe, já naquele tempo, era uma cidade ocidentalizada. Havia igrejas católicas freqüentadas por europeus e nipônicos. Estranhamos. Vínhamos da zona rural e não tínhamos, até então, tido contacto com cidades grandes, nem com gente de civilizações ocidentais. Não conhecíamos cidades como Kobe e Yokohama, banhadas pelo mar e de cos -

tumes heterogêneos. Se por um lado aquela mistura de raças surpreendia-nos, por outro aguçava em nós a curiosidade acerca do Brasil.

Por isso quando, depois de alguns dias, foi-nos anunciada a partida para a terra onde nos seria possível viver sem preconceitos, formalismos e injustiças sociais respiramos com novo alento. Estávamos cansados de injustiças praticadas, naquele tempo, pelo domínio militar no Japão. Queríamos viver em paz, sem restrições aos nossos hábitos seculares. Jamais podíamo-nos conformar com a implantação do místico fanatismo que tendia levar o povo à preparação belicosa. Queríamos, portanto, fugir de uma fatalidade que se aproximava. Não tínhamos exata noção disso, mas pressentíamos que algo ia acontecer. Por isso respiramos melhor quando, no dia 18 de dezembro de 1933, chegou a nossa vez de embarcar no Manila - maru rumo ao Brasil. Havia intensa movimentação no porto no dia do embarque. Amigos e parentes dos emigrantes abraçavam-se. Lenços e serpentinas coloriam o ambiente. Lágrimas brilhavam nos olhos ao som de soluços que se misturavam às vozes que desejavam boa viagem aos que partiam com destino à nova morada. Foi emocionante a nossa despedida da terra onde nascemos.

4

CHEGADA A SANTOS

Viajamos quase 70 dias, passando por vários países. Assustados, conhecemos mares bravios, tempestades e calmarias.

Atravessamos o Oceano Pacífico, seguimos pelo Atlântico e chegamos ao Porto de Santos no dia 22 de fevereiro de 1934. Respiramos com pulmões cheios de ar do Brasil e, emocionados, sentimos que íamos começar uma nova vida em liberdade, esperançosos de vitória na nossa empreitada. Sentimos que agora iríamos poder trabalhar em paz, irmanados com tanta gente que aqui, na sua miscegenação, se iguala, sem discutir

origens e sem brigar pelas religiões. Estávamos dispostos a iniciar uma nova vida. Vida de trabalho e de realizações em paz, para que pudéssemos ser gente digna e honrada na terra que nos acolhia. Na terra que nos recebia e que esperava a nossa colaboração.

Certas impressões tocam a sensibilidade humana como os dedos mágicos de um concertista tangem as cordas de um violino afinado e o seu efeito permanece na nossa lembrança pelo resto da vida. Às vezes enriquece a nossa vivência; outras, torna-se um fantasma adormecido em nossa consciência. Mas, sem esses enfeites subjetivos, a vida tornar-se-ia monótona, sem colorido e sem base para comparações entre o certo e o errado. Comparações que são degraus complicados na escada simbólica de cada um de nós. Escada que nem todos sabem galgar como pretendiam ou deveriam. Daí porque alguns, por descuido ou incapacidade, ao darem os primeiros passos caem sem coragem de levantar-se. Outros, porém, deduzem das quedas a forma de seu erguimento. Analisam o certo e o

errado com precaução, fitando com olhos de intuição o acontecido para, daí por diante, não tentar a ascensão sem medir os percalços.

Eis porque eu, apesar de ter apenas dez anos ao desembarcar do Manila-maru, no porto de Santos, não esqueci os primeiros acontecimentos após tocar o chão da nova terra. Cataloguei-os na memória, desordenadamente, sem adivinhar o quanto havia neles de precognitivo.

Lembro bem ainda da sensação que tive quando nos dirigimos ao suntuoso edifício da Hospedaria dos Imigrantes onde, após trâmites burocráticos, recebemos gostosos sanduíches de salame e doces pulverizados com açúcar cristalizado. Lembrar isso pode parecer banal. Não importa. São resquícios voláteis da sensibilidade que devem ser contados. São sutilezas de impressões sentidas. Para não claudicar ao tentar registrar, em letras de forma, a minha, ou melhor, a nossa entrada no Brasil, vou fazer tudo para trazer para o presente, com

o pensamento, as imagens do passado. Não pretendo fazê-lo gongoricamente para impressionar os que me vão ler, mas procurarei esboçar, mais ou menos, o retrato do primeiro contacto que tivemos com a nossa nova pátria.

Eram várias as famílias que conosco vieram do Japão, divididas em grupos. Cada grupo, conforme o contrato, tinha o seu destino certo. Fazíamos parte do grupo composto de vinte e duas famílias que se destinavam à Fazenda São Domingos, de propriedade do Senhor Otávio de Almeida Prado. Ao tomarmos o trem que nos levaria à Estação de Ituverava, perto de Minas Gerais, sentíamo-nos eufóricos e receosos. Não tínhamos idéia do que nos esperava. E nossa ansiedade foi-se tornando motivo de tensão. A lenta marcha do trem que andava mais ou menos a vinte e dois quilômetros por hora, principalmente quando deixamos a Serra do Mar, era um contraste com a nossa vontade de chegar logo ao destino preestabelecido. De certa forma, foi melhor assim, pois quando vislumbramos na planície a paisagem que ficava na vanguarda do trem, olhávamos uns para

os outros com sorriso otimista. Tudo ia-se tornando para nós não apenas o prenúncio da grandeza do país, mas o prólogo promis-sor de uma vivência melhor.

Aquela região não era o que muitos pessimistas propalavam. Havia ali cidades e povoados com casas de alvenaria, que eram tão diferentes das que conhecíamos no Japão. O que nos chamava mais a atenção, contudo, eram os cafezais e canaviais que pareciam tapetes verdes estendidos sob o céu muito azul que a fumaça do trem, movido a lenha, manchava como se tivesse inveja da sua limpidez.

Pudemos notar também plantações de árvores frutíferas. Laranjeiras, abacateiros, mangueiras, limoeiros e outras destacavam-se na distância e, de trechos em trechos, para nossa surpresa, deparávamos com bananeiras carregadas de cachos pendentes, quase tocando o chão. Embora as janelas do trem estivessem com as vidraças fechadas, por precaução de acidentes, não deixávamos de manter os rostos colados nelas

para observar a mutação daquela natureza tão diferente que a do nosso país de origem. Mas não só a diversidade da natureza vegetal despertava admiração em nós. Também as manadas de gado que, no verde gramado, pastavam displicentemente de distância em distância, eram bonitas de se ver.

Não é fácil expor com palavras exatas certas emoções porque estas são efeitos psicológicos dos instantes que aceleram o ritmo do coração e imprimem, no pensamento, lembranças do passado que se torna presente. Aí então, a gente fica com saudade do que ficou atrás.

Para nós esse estado psicológico somente mudou quando chegamos a Ituverava. Ali esperavam por nós caminhões e carroças que tinham vindo para transportar-nos para a Fazenda São Domingos. Estávamos cansados da viagem, mas mesmo assim observávamos tudo com interesse. Procurávamos satisfazer a nossa curiosidade, tanto mais que tudo nos parecia diferente do que havíamos imaginado. O nosso consolo, porém, foi quando soubemos que a nossa casa estava perto.

Ituverava dista apenas dez quilômetos da fazenda para a qual nos destinávamos. Ao saber disso respiramos com ansiedade. E não era para menos, pois já havíamos percorrido milhares de quilômetros. A estrada até a fazenda era cheia de pedras e buracos o que não impedia que ficássemos observando as árvores frutíferas que a ladeavam, à sombra das quais vacas, carneiros e cavalos se aconchegavam. Estávamos em fevereiro, mês em que o sol tropical do Brasil é pródigo em luz e calor. Mês em que os pássaros se amam, os insetos zumbem, as borboletas saem dos casulos, as cigarras zinem e as formigas trabalham. Estávamos dispostos a trabalhar e a integrar-nos na comunidade brasileira com amizade e amor. Ansiávamos por chegar quanto antes à fazenda e ver o que nos esperava. Queríamos começar uma nova vida num país novo que precisava de braços que o ajudassem a ir para a frente.

5

CHEGADA À FAZENDA SÃO DOMINGOS

Os acontecimentos repentinos sempre tocam de forma especial a sensibilidade das pessoas. Existe um estranho impacto quando deparamos, de repente, com o que não esperávamos. O pulsar do coração acelera-se e somente volta ao normal quando o hábito do inesperado começa a prevalecer sobre a nossa primeira impressão.

Creio que é por essa razão que, ao chegarmos à Fazenda São Domingos, trocamos olhares de surpresa. A nossa expectativa era outra e embora não estivéssemos otimistas em demasia com o que nos esperava, fica

mos desapontados quando pisamos o chão batido à frente de vinte e duas casas construídas com tijolos sem reboco. Houve naquele instante uma interferência na nossa esperança de melhorar de vida. Nem sentimos a beleza do canto dos sabiás que vinha de longe. Ao entrarmos na casa que nos era destinada deparamos com mesas rústicas e camas de madeira bruta, cujos colchões, feitos de palha de milho, impressionaram-nos mal, pois embora não pertencêssemos à classe privilegiada, vínhamos de uma terra onde os hábitos eram diferentes. É verdade que nos lembrávamos de que lá havia, nos costumes, a ressonância de civilizações seculares, enquanto aqui tudo estava no começo, principalmente nas fazendas. Estávamos acostumados a dormir em colchões de algodão e morávamos em casas confortáveis forradas com "tatami".

Ficamos resignados, contudo. Não estávamos sozinhos. Éramos vinte e duas famílias e as casas enfileiradas umas ao lado das outras iam ligar a nossa convivência. É verdade que cada um é ele mesmo. Cada um tem os seus pensamentos e os seus problemas,

mas ali os problemas ligavam-se como o arame farpado ao redor das casas destinadas para as famílias que acabavam de chegar. O que, porém, reforçou o nosso otimismo foi perceber que, atrás de cada residência, havia um quintal para plantar verduras que seriam colhidas para uso próprio.

Um pouco mais distante, destacado na paisagem, um capão de árvores frondosas dava um aspecto agradável ao lugar. Cantavam ali pássaros em profusão, cuja melodia, de quando em vez, era perturbada pelo vento que agitava as folhas verdes. Ao redor daquela mata isolada no meio do campo, o gado pastava em liberdade, sacudindo a cauda para espantar os marimbondos.

A fazenda era grande. Tinha mais de cem alqueires, divididos para o plantio de café, milho, feijão, arroz e outros cereais. O restante era pastagem que estava aos cuidados de brasileiros. Prevaleciam entre eles os mestiços de origem preta, os quais não eram indicados para pegar no cabo de enxadas como os colonos japoneses. Não que eles não servissem para isso, mas não

eram educados para a lavoura como os imi grantes. Naquele tempo, no entanto, eu não tinha capacidade para analisar devidamente isso.

Para mim tudo era novidade. Mesmo assim, ou talvez por isso, não deixava de ler nos olhos de minha mãe uma certa nostalgia. Ela resignava-se, mas sentia saudade de sua terra natal. O mesmo acontecia com meu pai.

Eu, ao contrário, procurava adaptar-me. Queria aprender as novas condições de vida sem a interferência dos colonos emigrados. Estes eram oriundos de diversas regiões do Japão, falavam dialetos diferentes e tinham hábitos variados. O que me interessava era aprender o que se relacionasse ao Brasil e eu faria, por isso, amizade principalmente com os brasileiros da fazenda. Existia, porém, o impasse do idioma. Somente os gestos não externavam precisamente o pensamento. Tive de recorrer então, ao livrinho vermelho que havíamos recebido no setor dos emigrantes, antes do embarque no Japão. Era um manual em japonês e português

que todas as noites eu lia com atenção e do qual decorava palavras para formar frases a fim de entender-me com os que falavam o português.

Faltava, porém, tempo. O trabalho era árduo. Às cinco horas o sino da fazenda acordava-nos para começar às seis o serviço. Dizia o feitor que era para aproveitar o frescor da manhã, embora o trabalho se prolongasse de sol a sol e só terminasse às sete horas da noite. Não é que os colonos japoneses não fossem acostumados a trabalhar, mas o trabalho no Japão era diferente. Lá as principais lavouras eram de arroz, trigo e verduras. E eu nem media essa diversidade. Não me importava e, por isso, mesmo cansado, reunia-me à noite, após o trabalho, aos que queriam estudar. Pressentia que o estudo teria de ser a base da minha vitória e, como filho primogênito, não queria ser subserviente. Aspirava chegar a ser algo mais, para orgulho de meus pais e exemplo digno para meus irmãos, o que, aliás, consegui como poderão ver nos capítulos seguintes deste meu despretensioso relato, que

não escrevi apenas por vaidade, mas como mensagem para as gerações que virão depois de mim e que deverão lutar por um mundo de paz e amor. Realizar apenas por realizar objetivamente não é o mesmo que algemar com amor e dignidade o dever preestabelcido. O fictício impressiona, mas não fica. E eu gostaria que ficasse algo do que escrevo.

6

VIDA NA FAZENDA

O sistema de pagamento não era correspondente ao tempo de trabalho, mas era feito segundo os pés de café tratados ou os sacos de grãos colhidos e empilhados. Esse sistema criava um contraste entre os que faziam serviço caprichado e os que visavam apenas apresentar maior quantidade de trabalho. Não havia consideração com o serviço bem feito, mas visava-se apenas à quantidade de trabalho realizado. Disso resultava que os menos escrupulosos eram melhor pagos do que os que caprichavam na execução de suas obrigações. Meu pai, que era extremamente cuidadoso no que fazia,

produzia pouco. Ele jamais deixava de fazer tudo com esmero e, devido à sua honestidade no serviço, às vezes recebia menos da metade do que os outros. Como cada colono tinha direito de usar determinada área de terra , para nos dias de folga plantar o que quisesse para o seu consumo, ele, nesse particular, levava vantagem. Caprichosamente plantava arroz, feijão, milho e outros cereais e colhia mais que os outros. Como era permitido vender o excedente em seu benefício , isso ajudava o sustento de nossa família. O trabalho, durante o dia, com enxada e foice, não rendia o suficiente. E ainda mais: os mantimentos adquiridos nos armazéns, bem como os instrumentos usados no trabalho, eram debitados nas cadernetas para posterior acerto. Esse sistema cerceava aos colonos o controle de suas despesas, pois não lhes dava base para verificação de quanto gastavam. O dinheiro limpo era uma esperança que não se realizava.

Devido a esse sistema, levamos longo tempo para nos resignar, mesmo sendo o hábito a segunda natureza das criaturas. Prevalecia sobre os nossos desejos, contudo, a resignação em latência. Sufocamos, então, no cofre da paciência o descontentamento e procuramos um derivativo. Procuramos a convivência com os vizinhos, que eram bons e dividiam conosco os problemas, o que amenizava o amargor dos nossos aborrecimentos. Principalmente quando estabelecemos o conhecimento com os brasileiros domiciliados ali . Não lhes compreendíamos as palavras, mas os gestos e as expressões deles penetravam na nossa intuição. Destacava-se, talvez pela maior convivência, a simpatia do administrador e fiscal da fazenda.

O dono somente aparecia periodicamente. Vinha esportivamente trajado num bonito cavalo, todos o cumprimentavam com respeito e ele sorria para todos com simpatia. Embora nem sempre o sorriso estereotipa o que se esconde no coração, essa forma de comportamento do Doutor Otávio de Almeida Prado era simpática aos que trabalhavam para ele. Não posso garantir se todos sentiam o mesmo a seu respeito, todavia, depois que ele voltava para a Capital, os comentários

a seu respeito eram agradáveis. Geralmente os patrões esquecem que sem os seus subal-ternos jamais poderiam ser patrões e que so mente com a colaboração mútua é possível o equilíbrio de forças que engrandece o valor humano. Todos são necessários, como éramos necessários para o progresso da Fazenda São Domingos. Não sei o que o Doutor Otávio pen sava de nós. A nós cumpria obedecer.

7

A FAMÍLIA

Até agora ainda não falei da mi-nha família. Os japoneses, geralmente, são reservados, mas isso não diminui o calor do afeto que os liga entre si, particularmente a tudo que se refere a seus familiares. Eis porque sempre fui ligado a meu pai, a minha mãe, às minhas irmãs Harue, Lília e Luíza, e aos meus irmãos Soji, Tadai e Tadayuki. Deles todos hoje só estão vivos a Harue, a Lília e o Tadai.

Quando chegamos à Fazenda São Do-mingos, minha irmã tinha dezesseis anos e

eu apenas dez, mas com os deveres de primo-
gênito homem. A mim cabiam maior respeito
e também maiores deveres. Meus pais tinham
de trabalhar na fazenda e eu devia tomar
conta da casa e de meus irmãos mais moços.

Meu pai, minha mãe e minha irmã
Harue assim que o dia clareava faziam a
primeira refeição, muniam-se do que era pre-
ciso para comer no almoço e no café da tar-
de e iam para o trabalho. Ficavam comigo a
responsabilidade da casa e o cuidado com os
meus irmãos. Os meus irmãos não eram o maior
problema. O problema eram os afazeres da ca-
sa, principalmente a busca de água potável.
O rio que a fornecia distava mais de qui-
nhentos metros da casa e trazê-la em latas
de querosene era um serviço pesado. Mas não
adiantava reclamar. Meus pais e minha ir-
mã, ao voltarem do serviço à noite, precisa-
vam tomar banho. Felizmente, não tardou pa-
ra que a direção da fazenda resolvesse mi-
norar esse impasse construindo um poço, que
ficava no fundo da nossa casa. Nessa época
pude fazer amizade com um garoto um pouco
mais moço que eu. Moreno, quase preto, cha-

mava-se Santinho. Era simpático e irrequie-
to. Gostava de correr atrás de pássaros e
de borboletas e atiçar ninhos de marimbon-
dos. Quando cansava, pegava o violão, canta-
rolava e, sorrindo, mostrava os dentes bran-
cos como um colar de pérolas. Considerei-o,
enquanto moramos na fazenda, o meu melhor
amigo. Eu conhecia poucas palavras de por-
tuguês, mas me entendia com ele completan-
do o resto com gestos. Só melhorei o contac-
to quando comecei a freqüentar a escola que
fora improvisada na varanda da casa de uma
jovem normalista recém-formada. Com ela a-
prendi o A B C nas horas vagas, que não eram
muitas. Dividia-as entre o meu dever de cui-
dar da casa e dos meus irmãos mais moços e
o estudo.

Assim, foi árduo o meu começo de
vida no Brasil. Entretanto, hoje sei que não
existe vitória sem luta e só aquele que é
bom gladiador, lutando pelo seu ideal, pode-
rá conquistar a vitória.

Não me acanho de contar os percal-
ços que tive de enfrentar no início da mi-
nha vida. Se eles me feriram, em alguns mo-

mentos, o orgulho de homem, através deles aprendi dar valor aos que lutam por um mundo melhor. Pois o destino do mundo depende, não dos que dormem no leito da inércia, mas dos que, de fronte erguida, palmilham a estrada do progresso, confiantes na vitória.

8

APRENDIZAGEM DE PORTUGUÊS

Mais tarde conheci um baiano, ministro da igreja batista e amigo dos filhos dos moradores da Fazenda São Domigos. À noite ele dava lições para aqueles que se interessassem em aprender português.

Fui um deles. Eu estava ansioso para aprender não somente a falar, mas a ler e escrever a língua portuguesa. Não sei bem porque, logo depois das primeiras aulas, o professor propôs-me uma troca: ensinar-lhe eu o japonês em troca do português que ele me ensinava. Achei a idéia ótima, embora coubesse a mim trazer, vez por outra, um

litro de querosene para abastecer o lampião que, em troca da luz que fornecia para iluminar as nossas aulas, entupia-nos os narizes com a fumaça que desprendia do pavio . Não raro, ao sair da aula, tínhamos manchas pretas na ponta do nariz.

Quando penso nisso agora, sorrio com saudade daquele tempo. Principalmente do baiano preto que me ensinou um pouco de português, em troca da língua japonesa que lhe ensinei. E sendo ele dotado de inteligência privilegiada, em pouco tempo passou a falar a língua dos samurais, enquanto eu precisava estudar muito mais para falar mais ou menos a língua dos brasileiros.

Outra particularidade que ele possuía e que eu não tenho, é a boa caligrafia. Era de tal uniformidade o que escrevia à mão que dava impressão de que fora escrito à máquina.

Naquele tempo existia na fazenda um intérprete de origem nipônica que atendia junto à administração. Um dia, porém , teve um desentendimento com a direção e transferiu-se, não me lembro bem se para Ribeirão Preto ou Campinas. Graças ao que o baiano me ensinou de português fui nomeado, pelos moradores nipônicos da fazenda, como intérprete junto à administração. Fiquei orgulhoso com a escolha, embora preocupado com o desempenho do cargo, pois o meu português era precário. Senti, por isso, o peso da responsabilidade, mas não desanimei. Aos domingos, quando íamos a Ituverava fazer compras, eu decorava frases e palavras para não decepcionar os que achavam que eu falava português. Às vezes, como apoio, redigia listas de palavras que iria usar na cidade. Fazia isso no percurso, na cabina do caminhão. Felizmente, esse esforço serviu-me na tarefa sob a minha responsabilidade, pois nunca deixei de cumprir o que me era confiado.

9

O SONHO DE UM MENINO:ESTUDAR

Hoje, ao remorar a minha figura de chapéu de abas largas, camisa e calça de listas de cores berrantes, sorrio sozinho. É que eu tinha, então, apenas doze anos e a responsabilidade de um adulto ante os meus patrícios. Tudo isso ficou-me na memória como prólogo do livro da vida dos meus primeiros anos no Brasil.

Analisando bem os capítulos da vida, chega-se à conclusão de que eles nada mais são do que páginas dos acontecimentos. Estão ali anotados os fatos que as circunstâncias vivenciais forçaram-nos a guardar

e o que, às vezes, fica mais estereotipado na lembrança é aquilo que menos prevalecia na vontade de se fazer. A rotina de capinar, plantar e colher para amenizar as necessidades da família, para mim, naquele tempo,não era nada agradável. Não é que me faltasse boa vontade para executá-la, pois sempre procurei ser útil e quis ajudar aos meus pais. Mas é que esses afazeres rudimentares deixavam-me pouco tempo para estudar.

No entanto, depois de ter aprendido o alfabeto e a formação de algumas frases em português com o professor baiano a quem ensinei japonês, tudo para mim melhorou e incentivou-me a aprender cada vez mais. Senti em mim um impulso de ir para a frente. O trabalho diário e a convivência campesina, em vez de me embrutecer, criavam no meu pensamento um novo ideal. Excitavam-me o desejo de estudo. Quando completei treze anos não me contive e confessei a meus pais o que sentia. A minha vontade de ir para um colégio melhor. Estudar de verdade. Meu pai olhou-me com certa surpresa. Ele sabia que o meu pedido era justo, mas assim,

de repente, a dificuldade de atender-me era grande. Na fazenda não havia colégio. Era preciso,portanto, pensar. Dar tempo ao tempo. Eu, porém, continuei insistindo. Diante disso, meu pai comunicou ao administrador que iria rescindir o contrato que o prendia à Fazenda São Domingos por quatro anos. O motivo era a falta de colégio para que eu pudesse estudar.

O administrador olhou meu pai com estranheza e disse a ele que não via motivo para rompimento do contrato. Em todo caso , levaria o meu pedido ao conhecimento do Doutor Otávio Almeida Prado. E assim fez, mas o Doutor Otávio, ao ser informado que o motivo do pedido era a minha insistência em querer ir para um colégio, não concordou . Procurou meu pai e propôs-lhe custear o meu estudo na Capital paulista ao lado dos seus filhos. Faria isso até a conclusão do meu curso universitário. Enquanto isso, meu pai seria nomeado fiscal ou assessor do administrador. Essa proposta era retribuição pelo bom serviço e pela honestidade de meu pai, declarou o dono da fazenda. Há muito que ele vinha observando isso. E mais ainda: esses atributos demonstravam a vocação inata de meu pai para a liderança. Achava por isso que ele era indicado para dar exemplo aos outros agregados, alguns menos escrupulosos.

10

MUDANÇA PARA MOJI DAS CRUZES

Com tal proposta meu pai ficou indeciso e, no fundo, lisonjeado. Mas o seu sentimento de família era arraigado. Trocou idéias com minha mãe e resolveu não aceitar. Não queria desmembrar a família. O seu orgulho paternalista era mais forte do que a oferta do Doutor Otávio e começou então o seu conflito, a sua preocupação. E tanto fez que a sua idéia de mudar da fazenda tornou-se irrevogável. Para isso procurou contacto com os seus patrícios de Sorocaba e Moji das Cruzes. Confiava neles, que eram da mesma Província do que nós, no Japão, e acabou aceitando a oferta do Senhor Toyozo

Ono um dos primeiros imigrantes japoneses radicados no bairro de Cocuera, no município de Moji das Cruzes. Ali era, e ainda é, a região onde a colônia japonesa é mais forte, dedicando-se à hortifruticultura, pois o clima temperado é propício para isso. A diversificação de árvores frutíferas e o cultivo de batatas, berinjelas, chuchus e outras espécies têm a preferência na região e entre os colonos japoneses.

Estávamos no meado de 1937. Chegamos à casa do Senhor Ono, onde permanecemos 10 dias, sentindo-nos como se estivéssemos respirando o ar de nossa longínqua pátria. Ali havia de tudo, inclusive uma escola japonesa. Naquele tempo só existia no bairro uma escola mista e por isso a comunidade japonesa local estava construindo um prédio adequado para o grupo escolar, que foi doado ao Estado de São Paulo. Mas tudo isso era apenas perspectiva para a nossa mudança de vida

Precisávamos de estabilidade e isso foi-nos propiciado logo.

Meu pai, com o apoio de seus patrícios, conseguiu arrendar um sítio onde existiam pereiras, bananeiras e laranjeiras de diversas qualidades. A casa de alvenaria era cercada por um bosque de eucaliptos que no verão dava sombra amena e no inverno evitava o sopro excessivo do vento. Não havia comparação com a nossa morada na Fazenda São Domingos. Até o clima lembrava-nos o clima agradável do Japão e as mudanças das estações do ano eram normais. Primavera, verão, outono e inverno tinham sua entrada certa. Achávamos maravilhoso tudo isso.

11

VIDA NA CHÁCARA DE COCUERA

Logo após a nossa instalação na nova morada fui matriculado na escola japonesa e, mais tarde, também na Escola Mista de Cocuera. Esta distava quase cinco quilômetros do lugar onde morávamos. Fora construída à beira da estrada que liga o lugar onde tínhamos a nossa residência com a cidade de Moji das Cruzes. Estudavam nessa escola muitos meninos da redondeza e cada um trazia no rosto a identificação de sua origem. A maioria era oriunda da raça nipônica. Como a escola era mista, havia alunos de 1º, 2º e 3º ano na mesma classe, sob a direção de uma professora capacitada e paciente. Di-

go paciente, já que os alunos tinham de 8 a 10 anos e não se preocupavam ainda com o lado sério da vida. Gostavam de brincar, como é próprio dos garotos.

No início, sentia-me um pouco desajustado, pois eu já tinha 13 anos e estudava também na escola japonesa, onde o ensino era diferente. Mas não somente por isso. É que lá eu estava no quinto ano e era considerado um dos alunos mais adiantados, principalmente em matemática. Aqui, creio que devido ao parco português que aprendi com o professor baiano na Fazenda São Domingos, fui admitido no 2º ano. No ano seguinte consegui passar para a classe que cursava o 3º ano e essa promoção deu-me mais personalidade e mais prestígio entre os que freqüentavam a aula comigo. Quando o novo grupo escolar foi construído pelos moradores e doado ao Estado, houve uma reformulação na escola e, embora não tivesse decorrido muito tempo, fui classificado para o 4º ano. Não sei se foi por causa da minha idade ou do tamanho. Creio que possa ter sido por merecimento, embora eu ainda tivesse dificulda-

de em assimilar o português. E não que eu não tivesse vontade de expressar-me certo. Eu procurava falar corretamente o novo idioma, mas a formação de palavras e sentenças dos dois idiomas que eu estudava era muito diferente. Mesmo assim, jamais desanimei.

Não sei se devido à minha natureza ou ao meu pensamento na vitória, às vezes operavam-se em mim mudanças repentinas. Eu não pensava nos impasses que poderiam aparecer, mas eles estavam em perspectiva, não formados por circunstâncias, mas pela mutação das minhas idéias. Assim foi quando declarei a meu pai que queria mudar para São Paulo. Meu pai olhou-me com espanto. Estávamos em agosto e não era aconselhável interromper os estudos antes do fim do ano. Respondi-lhe que terminaria os estudos na Capital do Estado. Mas qual seria a razão? Respondi-lhe que havia analisado o desequilíbrio que provinha das especulações comerciais entre os lavradores e os intermediários. Olhou-me assustado, pois meu pai jamais havia pensado que eu me preocupasse com esse problema. Contei-lhe então que desde

a nossa chegada a Cocuera eu acompanhava os outros em tudo. Nas horas em que eu não estudava ia com eles à roça onde capinava, plantava e ajudava na colheita. Fora disso, interessava-me pelas transações comerciais. Isso fez com que eu ficasse a par de tudo. Não me escapavam, portanto, as manobras pouco escrupulosas que se operavam entre compradores de vagens, bananas, peras, laranjas, alface, batatas e feijão. Apesar de só ter 14 anos eu achava revoltante o que acontecia. Não me parecia justa a forma como os compradores tratavam os que se dedicavam de sol a sol ao trabalho na lavoura. Indiretamente, estes eram explorados por compradores que enriqueciam à custa dos que trabalhavam arduamente, enfrentando ainda os percalços de pragas e a variação do clima, o que acontecia quando menos se esperava. Se a produção correspondia ao que se esperava, o preço baixava e nunca havia compensação justa.

Fiz ver isso a meu pai, que me olhou com tristeza. Não me limitei aos comentários e recorri à demonstração numérica.

Mostrei a ele que se a caixa de peras, por exemplo, era vendida ao intermediário por 4$000 (quatro mil réis) na realidade era vendida por 2$000, já que o invólucro custava também 2$000. Na época, a moeda brasileira era o real, que em 1942 foi substituído pelo cruzeiro, vigente até hoje.

No mercado municipal de Moji das Cruzes, a 10 quilômetros, a mesma caixa de peras era revendida por 8$000, isto é, o intermediário, quase sem nenhum esforço, lucrava perto de 100%. O mesmo acontecia com sacos de vagens, ervilhas, batatas e outros produtos que meu pai e outros lavradores entregavam aos compradores na beira da estrada. As de vagens, por exemplo, pesavam 30 quilos e eram vendidas por 5$000 e revendidas no mercado por 10$000, sendo que os atacadistas as revendiam aos varejistas por 15$000 e estes, na revenda para consumidores, ganhavam outro tanto. Além dessa injusta disparidade entre o lucro do produtor e do intermediário, não havia, naquele tempo, financiamento cooperativista, o que inibia o desenvolvimento agrícola. Não se

conseguia compensação pelo esforço despendido. A maioria dos lavradores e entre eles meu pai, ainda tinha de pagar o arrendamento da terra.

Com esses argumentos procurei convencer meus pais de que deveríamos mudar para São Paulo. Ali eu estudaria, terminaria o curso superior e depois procuraria trabalhar numa cooperativa agrícola, realizando meu sonho de ser útil à laboriosa classe de agricultores. Lembro-me que eu disse isso a meus pais na hora do jantar, após ter voltado da aula, em agosto de 1938. Eles ouviram-me com reserva e espanto. Jamais esperavam de mim um relato com deduções quase irrespondíveis sobre fatos que eles não comentavam e sentiram que no que eu dizia havia a sentença da verdade.

A nossa mudança para São Paulo, porém, pareceu a meu pai demasiadamente precipitada. Ele achava que eu deveria primeiro terminar o curso no grupo escolar e na escola japonesa. Não concordei com ele. Precipitadamente ou não, eu iria para a Capital de São Paulo.

Essa minha posição deixou meus pais preocupados. No fundo, contudo, eles também estavam cansados daquela vida de trabalho, passando dificuldades financeiras e sem perspectiva de melhora. Por outro lado, prendia-os a mim o lado afetivo. Nãoqueriam separar-se do filho primogênito e tendo concluído que em São Paulo tudo daria certo, meu pai contou ao Senhor Ono que tinha o propósito de mudar-se. Este, após ouvir a exposição de meu pai, encaminhou-o ao Senhor Sagawa, gerente de uma cooperativa em Moji das Cruzes. Ambos puseram-se à disposição de meu pai, arranjaram-lhe o caminhão de um patrício, indicaram uma pensão em São Paulo e forneceram endereços de patrícios vindos da Província de Fukushima.

Isso foi bom para nós, pois assim que chegamos à Capital paulista sentimo-nos como se estivéssemos entre parentes. Fizemos logo amigos e vimos como o calor da amizade aquece e faz bem. Para nós, significou muito mais: sentimo-nos entre eles como se tivéssemos reencontrado um recanto da nossa pátria. Renovamos as nossas forças e olha-

mos com otimismo para um novo começo, na nova residência e, de cabeça erguida, procuramos firmar a caminhada para a frente, sempre para a frente.

12

VIDA NA PAULICÉIA

A vida é uma eterna mutação de situações. Não é estável. E em cada mudança sente-se uma nova sensação, uma avalanche de pensamentos que acelera o ritmo do coração e faz a gente ficar periclitando entre o fracasso e a vitória.

Eu, porém, nunca pensei nessa dualidade antagônica. Antes, pelo contrário, sempre tonifiquei os meus projetos com otimismo, confiando na vitória.

Por isso, quando chegamos à Capital paulista, apesar da minha idade, eu con

fiava nas realizações projetadas. É verdade que ao olhar os rostos de meu pai e de minha mãe notava que eles estavam preocupados. E não era para menos: pesava-lhes a responsabilidade da família. Quando nos instalamos na pensão que ficava na confluência das Ruas Tabatinguera e Conselheiro Furtado percebi, contudo, vaga mudança. Principalmente em meu pai. Ele sentiu-se bem ao saber que estávamos no bairro de japoneses. Ele confiava nos seus patrícios e sentia necessidade de conseguir, quanto antes, trabalho para nós. Mesmo assim, eu insistia na minha inscrição num colégio para não perder o ano.

Ao chegar ao Grupo Escolar Campos Sales, no entanto, deparei com um problema que não esperava. A diretora, ao receber o meu boletim de transferência, olhou-me com expressão de dúvida. Leu-o e releu-o. Deveria ter achado estranho que eu passasse no mesmo ano da 2a.série para a 3a.série e desta para a 4a. Não objetava em matricular-me, mas na 3a.série.

Protestei, por não me conformar com a sua sugestão, e insisti na minha inscrição na 4a.série, pois tinha pressa em terminar o curso. Não comentei com a diretora a razão da minha insistência, mas ela era devida à vontade de ajudar, quanto antes, à minha família. A diretora, no entanto, parecia irredutível na sua proposta.

Felizmente, naquele momento apareceu uma professora, que depois fiquei sabendo ser Dona Áurea, que sorrindo com simpatia endossou a minha pretensão. Olhou-me como se eu fosse seu conhecido e disse que gostava de alunos japoneses porque eram muito estudiosos e que se eu queria matricular-me na 4a.série, fosse feita a minha vontade.

Respirei melhor com esse apoio da professora Áurea e senti que na compreensão humana existe uma força oculta, que se torna lenitivo quando se manifesta em favor de quem precisa de ajuda. Jamais esquecerei o sorriso quente e os olhos repletos de simpatia da professora que tanto me ajudou. Com ela reforcei o plano iniciado ao tempo da professora Antonieta, no grupo escolar em

Cocuera: estudar, estudar muito. Foi a professora Antonieta que me deu as primeiras lições de educação cívica, moral e religiosa, principalmente religiosa, induzindo-me a receber o batismo na igreja católica.

Quem influiu decisivamente para que eu seguisse o catolicismo foi uma menina da minha idade que também estudava no grupo escolar, a Angélica Sagawa.

Quando a professora anunciou na sala de aula que estavam dispensados das aulas de religião os que não fossem católicos eu imediatamente saí para jogar gude ou bolinha de vidro, como se diz no Paraná. Imediatamente também a Angélica veio buscar-me pela mão, dizendo-me que eu era católico e que deveria assistir às aulas de religião. Deduzi, mais tarde, que ela havia escutado conversas de minha mãe com a mãe dela a esse respeito.

Fui batizado em 15 de novembro de 1937, com o nome de Armando, pelo Padre Lourenço, da Ordem dos Redentoristas, tendo como padrinhos os professores Gabriel Perei-

ra Filho e Maria Augusta Reis. Ambos, portanto, contribuíram para que eu me tornasse católico apostólico romano e isso foi bom, tendo facilitado, inclusive, a minha admissão no Grupo Escolar Campos Sales, onde aprendi muito.

Ao chegar à sala de aula, no primeiro dia, levei um susto. A professora Áurea mandou-me ocupar a última carteira. Sentei desconfiado, supondo que iria ser interrogado a respeito dos meus conhecimentos. A professora Áurea, entretanto, explicou-me que fazia isso por eu ser o mais alto da classe, o que era natural, pois os alunos da 4a. série tinham 11 anos e eu já havia completado 14 em março daquele ano. Com esse esclarecimento senti-me melhor.

Às vezes uma palavra franca, dita no momento em que a dúvida tenta envenenar as nossas conclusões, é um tônico que faz bem. A explicação da professora Áurea confortou-me, passei a estudar com afinco e nas provas finais, em novembro, consegui a nota 95.

A diretora, ao saber disso, veio felicitar-me e pediu desculpas por ter duvidado de mim. Fiquei orgulhoso. Eu havia conseguido nota igual à do melhor aluno da classe, que depois foi meu colega no Ginásio Paulistano, onde estreitei amizade com ele. Tínhamos idênticos pensamentos. O que divergia entre nós dois eram a origem e o aspecto físico. Ele descendia de alemães, tinha olhos azuis e cabelos loiros, enquanto eu sempre fui amorenado, de cabelos escuros e olhos esverdeados. No estudo éramos parecidos, conseguindo sempre as mesmas notas. Só me desliguei dele quando as circunstâncias de trabalho forçaram-me a estudar à noite. A minha simpatia por ele, contudo, não diminuiu apesar dos anos passarem e aqui lhe presto homenagem, lembrando-o com saudade, apesar da cortina do tempo que nos separou.

13

LUTA DE UM ESTUDANTE

Nunca esqueci a alegria de meu pai quando conseguimos serviço na Tinturaria Universal, o que ocorreu logo depois da minha admissão no Grupo Escolar Campos Sales. A tinturaria era de propriedade do Senhor Umino e ficava perto da Aclimação, não muito longe de onde morávamos. Meu serviço era o de entregar roupas lavadas. Devido às aulas, no início eu só trabalhava metade do dia. Como não conhecesse a cidade, eu saía acompanhado por um empregado experiente encarregado de ensinar-me as ruas, os bairros e os nomes dos fregueses. Como eu tinha interesse em desenvolver meu conhecimento da

cidade de São Paulo, em pouco tempo aprendi o serviço e passei a fazê-lo sozinho. Eu primava por ser eficiente e, diante disso, o Senhor Umino propôs a meu pai que eu assumisse a entrega total das roupas lavadas. A proposta era vantajosa, embora exigisse mais esforço de minha parte. Como eu iria ganhar mais, não vacilei. Ganhando mais poderia contribuir melhor para atenuar as necessidades de nossa família. Havia, porém, o problema do horário das aulas e, por isso, fui obrigado a freqüentar o curso noturno, sacrifício que aceitei com abnegação, pois o meu ordenado aumentou e era disso que precisávamos para viver melhor.

Havia nessa minha dedicação qualquer coisa do dever tradicional. Sentia-me até orgulhoso sabendo que com o meu labor e com a minha dedicação eu amenizava as necessidades dos que me eram caros e que acreditavam em mim.

Havia, no entanto, um impasse. O proprietário da Tinturaria Universal não reconhecia a nossa dedicação e fazia-nos trabalhar como escravos. Isso foi nos cansando

e meu pai reagiu. Era demais. O Senhor Umino exigia de nós trabalho e mais trabalho e procurava pagar cada vez menos. Resolvemos, por isso, abandonar o serviço da tinturaria, o que causou um novo colapso na nossa vida. Mas não desanimamos. Permanecemos unidos como sempre e meu pai procurava uma saída que, felizmente conseguiu logo: um novo trabalho para nós. Este, porém, forçava-me a interromper os estudos. Aceitei a situação de cabeça erguida, embora sufocasse oculto ressentimento no coração.

O novo trabalho era num sítio localizado em Guarulhos, onde meu pai fora designado para cuidar da lavoura e do gado, ramo em que ele era competente. Mostrou-se contente e mais contente ficou quando o dono da fábrica de doces assegurou trabalho para mim e para minha irmã Harue. Diante disso, interrompi os estudos. Essa nova mudança, de início, representava férias forçadas na minha vida de estudante.

A nossa vida, porém, melhorou. As árvores que ladeavam a nossa nova morada eram verdes como a esperança e sussurravam

ao vento, servindo de pouso para as aves que cantavam em profusão, enquanto o sol aquecia o ar puro que respirávamos. O canto das aves alegrava a nossa vida de peregrinos que procuravam estabilidade.

De início, tudo era poesia. Não teve, porém, maior duração. Aconteceu um desentendimento entre meu pai e o nosso novo patrão e isso dificultava a minha volta aos estudos. Meu pai e minha mãe sofriam com isso, pois sabiam que eu queria voltar para o colégio e não queriam separar-se de mim. Era um dilema que desafiava a paz do nosso espírito. Que fazer ? Resolvemos, então, voltar para a Capital, o que fizemos com o apoio do Senhor Toyoshi, dono de uma firma publicitária e grande amigo de meu pai. A firma chamava-se Publicadora Nipo-brasileira e editava revistas e publicações estatístico-científicas em japonês e português. Esse trabalho estava sob a orientação de jornalistas e escritores brasileiros e japoneses, dentre os quais destacavam-se o Doutor Durval Carreira Castro e Silva e o Doutor Mário Engelberg de Moraes, advogados de quem guardo, com carinho, a amizade.

Naquele tempo eu não me afastava do convívio deles, embora fosse apenas um modesto empregado da firma. É verdade que, mais tarde, fui promovido a auxiliar de escritório, depois de completar um rápido curso de datilografia no Instituto 15 de Novembro. O meu serviço não era importante, mas eu me sentia feliz, principalmente porque a minha família morava no mesmo prédio em que eu trabalhava, na esquina da Rua Conselheiro Furtado com a Rua Santa Luzia. Meus pais eram encarregados da limpeza do prédio e da manutenção do espaçoso jardim cheio de arbustos e flores que havia no fundo.

Tudo ia bem, mas na vida nada é estático. Quando menos se espera as coisas mudam, para melhor ou para pior. Conosco aconteceu a mudança para pior. O senhor Toyoshi morreu, tranqüilo como murcha uma flor. A direção da firma foi assumida pelo gerente, que tinha mais vaidade do que competência e era um desses homens que quando assumem uma posição de destaque mudam de procedimento, passando a viver segundo a importância do cargo.

Isso acarretou o desmoronamento da firma. Os clientes afastaram-se e os melhores funcionários procuraram trabalho em outras firmas, enquanto os compromissos foram se avolumando. A conceituada publicadora do inesquecível Toyoshi foi à falência em 1944 e fiquei sem emprego.

Em 1942 fui aconselhado pelo professor Carlos Pascale, que havia sido Diretor do Ginásio Paulistano, a fazer o curso comercial. Naquela época eu havia interrompido meus estudos devido à doença de minha mãe. Como o curso comercial era fácil e rápido, dar-me-ia depressa uma base segura . Para mim nada era fácil, mas não me faltava vontade de vencer e de conseguir um emprego. Durante os estudos cheguei a não ter dinheiro nem para comprar livros, mas mesmo assim eu confiava no futuro e terminei o curso em 1945. Tinha agora, como apoio, um diploma e esperava com isso dar uma ajuda melhor aos meus familiares.

Mas para os japoneses a época era difícil. Os efeitos da Segunda Guerra Mundial tinham atingido o nosso povo. Meu pai

havia perdido o emprego. Ele quase não falava português e falar japonês era proibido. Sendo ele agricultor, sem outra profissão, sentia-me abandonado. Ele somente podia contar comigo e isso o deixava em conflito consigo mesmo. Às vezes ele pensava em sair de São Paulo e procurar trabalho em outro lugar. Mas tudo dependia da polícia, pois para viajar era necessário obter licença e sem salvo-conduto não adiantava tentar. Isso sangrava-lhe o coração.

Contra os japoneses havia, ainda, uma cruel e injusta perseguição que não distinguia homens honestos, ansiosos por um trabalho que lhes proporcionasse o pão de cada dia, dos que tivessem alguma ligação ideológica com o nazi-fascismo.

Não nos interessava o que se passava na Europa, mas éramos atingidos pela perseguição. Queríamos paz e trabalho, mas isso não era compreendido. Muitas firmas japonesas foram fechadas. Mesmo assim, graças à interferência do Doutor Durval Carreira e Silva e do Doutor Mário Engelberg de Moraes, consegui trabalho no Grêmio Cultural Nipo

brasileiro, que ainda funcionava. Era uma entidade fundada por estudantes de direito, cuja sede ficava na Rua São Bento, esquina da Avenida São João, no 1º andar do Edifício Martinelli, onde eram ensinadas língua e cultura japonesas. Conheci ali alguns ilustres professores, como Jairo Cézar Siqueira, João Batista d'Ebieux, Mário Miranda, Paulo Morita (atualmente professor da Universidade Mackenzie), Guilherme de Almeida, Suzuki e Kiyoshi Ando, bem como Shiguetsuma Furuya, ex-embaixador do Japão na Argentina. O fato de conhecer essas pessoas serviu para mim de apoio moral, embora eu fosse apenas um cobrador de mensalidades e auxiliar de escritório. Até hoje, utilizo-me muito do que aprendi naquela época, principalmente no que se liga à dignidade humana.

Como japonês, eu sentia na carne os efeitos daquela época confusa que a guerra semeou entre os povos. Mesmo depois da rendição do Japão, em 1945, o efeito psicológico pouco mudou, com a polícia desempenhando papel decisivo na incompreensão. Eu convivia com diplomatas encarregados de as-

suntos consulares, com os professores Ando e Morita, bem como os outros japoneses e via a preocupação deles no sentido de amalgamar a amizade nipo-brasileira. Mas isso não era fácil logo após a guerra e até o Grêmio Cultural Nipo-brasileiro acabou sendo fechado. Esse fato foi um golpe no meu ganha-pão, mas não desanimei e passei a trabalhar numa livraria à Rua Conselheiro Furtado. O novo emprego também não teve grande duração. A livraria foi fechada pela polícia porque, entre outros, vendia livros japoneses.

Lembro-me bem desse acontecimento. Eu voltava de uma casa atacadista onde havia ido buscar material escolar. Ao aproximar-me da livraria, carregado de pacotes vi, com surpresa, um caminhão da polícia à frente do prédio. Logo vi que os empregados jogavam dentro do caminhão os livros japoneses e fiquei sabendo que os mesmos seriam queimados. Um frio perpassou-me por dentro quando um dos policiais informou-me disso, dizendo que era uma ordem da polícia político-social. A livraria não podia ficar mais de portas abertas.

Levei um choque e não me contive, dirigindo-me ao policial que comandava o confisco dos livros e o fechamento da livraria e, sem exitar, contei-lhe a minha situação. Disse-lhe que era arrimo de família e não podia ficar sem emprego. Não queria discutir a ordem da polícia, mas apelava para o seu sentimento de homem. Pedia, por favor, que me arranjasse um trabalho qualquer. Do contrário, a minha família iria passar fome. Ele prometeu interceder a meu favor junto ao Delegado de Ordem Política e Social e forneceu-me o nome e o endereço de quem eu deveria procurar no dia seguinte. Isso atenuou um pouco o efeito da surpresa que me havia causado o fechamento da livraria. No fundo, porém, não confiava muito na promessa. A dúvida estava roendo-me a consciência, mas passei a noite sonhando com o novo emprego.

No dia seguinte levantei cedo, olhei o céu que estava azul e saí em direção ao endereço indicado. Assim que cheguei à delegacia, fui levado ao gabinete do delegado, que me recebeu com simpatia, apertou-me a mão e pediu que sentasse no sofá

ao seu lado. Sorrindo, pediu que lhe contasse o meu caso. Após ouvir-me, pegou o telefone e ficou conversando, sem que eu soubesse com quem, a meu respeito. Eu sentia-me, naquele momento, como deslocado, torcendo mentalmente para que tudo desse certo. Quando ele colocou o fone no gancho e, sem dizer nada, sentou-se à escrivaninha para redigir um bilhete, eu ansiava por saber o desfecho da minha pretensão. Respirei aliviado quando ele entregou-me um envelope dirigido ao Inspetor da Cooperativa Agrícola de Cotia, que estava sob intervenção. Naquela época, todas as firmas japonesas ou que tinham maioria de funcionários japoneses, passaram a ter interventores brasileiros. Bancos, cooperativas, indústrias e sociedades estavam sob a direção de interventores. A mim, contudo, não interessava a política. Eu precisava de um emprego e por isso exultei ao ser admitido como auxiliar de contabilidade da Cooperativa Agrícola de Cotia. Estava novamente empregado, embora o meu salário não fosse grande: 350 cruzeiros por mês. Com economia, naquele tempo dava para viver.

A Cooperativa ficava na Rua Cardeal Arco Verde, no bairro de Pinheiros.Era um tanto longe de onde morávamos, o que acarretava despesas de condução e não sobrava dinheiro para custear o prosseguimento dos meus estudos. Vi-me, por isso, na circunstância de arranjar um segundo emprego, fosse qual fosse. Aceitei , por essa razão,ser entregador do jornal Paulista Shimbum e tive de desdobrar-me para dar conta dos dois trabalhos, mas passei a ganhar mais 150 cruzeiros por mês, o que dava para pagar o colégio e outras pequenas despesas. Passei a levantar-me às quatro horas da madrugada e tomava o ônibus da Vila Zelina, que me levava até a Vila Prudente. Dali eu ia de bonde até o bairro da Liberdade, onde funcionava o jornal. Saía carregado de jornais, atravessava o Viaduto do Chá e tomava o bonde em frente à Light para ir ao bairro de Pinheiros. Correndo, entregava os jornais aos assinantes e, correndo, chegava à cooperativa às sete e meia. Era uma afobação,mas não havia alternativa.

Ao meio-dia nem sempre eu tinha algum dinheiro para almoçar. Mastigava então bananas e um pedaço de pão. Às vezes tomava um cafezinho acompanhado de pastel. Após o expediente eu fazia um lanche e, apressadamente, dirigia-me ao centro da cidade para assistir às aulas que se prolongavam até as 23 ou 24 horas.

Ao voltar para casa o relógio marcava meia-noite ou mais. Minha mãe esperava-me com uma refeição quente. O meu cansaço , entretanto, era tal que, às vezes, eu não conseguia comer. Queria dormir para novamente acordar às 4 horas da manhã. Consolava-me, porém, saber que a essa hora, não era apenas eu que corria para cumprir o meu dever. Geralmente a rua já estava cheia de operários que se dirigiam às fábricas. Eram escravos do dever como eu e neles eu via os meus sósias da luta pelo pão de cada dia. Via neles colegas na luta cotidiana e isso me estimulava a trabalhar e a estudar. Não estar sozinho na jornada, conforta.

Senti-me aliviado quando concluí o curso de contador. Nasceu em mim uma força nova, uma grande vontade de ajudar, cada vez mais e melhor, aos meus familiares que estavam oprimidos pelas agruras da vida, trabalhando numa pequena lavanderia. Foram forçados a recorrer à profissão que haviam aprendido logo que chegamos a São Paulo, mas não se davam muito bem nela e ganhavam pouco. Eu sabia disso e, de certa forma, sentia-me responsável pela situação. Meu pai deixou a lavoura em Cocuera porque eu queria estudar na Capital. Agora eu tinha um diploma e orgulhava-me disso, mas no fundo sentia um conflito.

Estavam sempre vivos no meu subconsciente os conselhos de meu pai: "Meu filho, quando crescer, não procure apenas ser rico como tanta gente ambiciosa por aí. Procure estudar e ser útil a quem precisar de você. A felicidade daquele que dá sempre é maior do que a daquele que pede". Aliando meu senso de responsabilidade aos conselhos de meu pai, procurei sempre ser útil à família e à sociedade. Tenho vivido procurando ser útil aos outros também para honrar a memória

de minha mãe e de meu pai, que se sacrificaram muito por mim e pelos meus irmãos. Particularmente minha mãe, que foi uma heroína silenciosa ao lado de meu pai. Sofreu calada, mesmo quando ficou doente. Queria, com o seu silêncio, evitar desgostos e despesas. Morreu cedo, não tendo chegado a ver o resultado dos meus estudos. Ela, pobre e querida mãe, que tinha tanta vontade de me ver formado, fez tanto por mim e eu nada pude fazer por ela ! Guardo-a, porém, na memória, como se estivesse viva esperando por mim com uma comidinha quente. Em homenagem a ela eu gostaria de pedir a todo bom filho que faça tudo pela sua mãe e jamais esqueça que em suas veias corre o sangue daquela que o deu à luz da vida !

14

FINALMENTE: CONTADOR FORMADO

Terminei o curso de Contador na Escola de Comércio Doutor Carlos de Campos, em São Paulo, em 1945, mas não pude receber o diploma por ser japonês. Uma lei, promulgada no Governo de Getúlio Vargas, cerceava aos estrangeiros o exercício da profissão liberal. Ao saber disso reclamei o meu direito, mas a secretaria da escola somente forneceu-me o certificado de conclusão do curso, que não tinha grande valor, visto que o Ministério da Educação e da Cultura não aceitava o seu registro e, sem a legalização do certificado, os estrangeiros não podiam exercer a profissão. Felizmente, essa lei

absurda foi revogada no Governo Gaspar Dutra e abriu-se então, a janela da minha liberdade profissional. Senti-me habilitado oficialmente e resolvi tentar a caminhada da minha independência.

Corria então o mês de março de 1946. Levantei a cabeça como qualquer gladiador e tomei uma resolução. Eu possuía o Curso de Contador, mas tinha consciência de que na prática pouco sabia da profissão e, por isso, na Capital de São Paulo não seria fácil progredir. Era preciso, portanto, aprender na vida profissional. Isso eu procurava esconder de meu pai para não o desiludir. Ele pensava que eu, sendo diplomado, era uma competência. Se descobrisse a verdade, teria um colapso no seu orgulho de pai, e por essa razão, dissimulei quanto pude e resolvi sair de São Paulo. Não queria, entretanto, que meu pai desconfiasse do plano. Eu sabia que seria inútil pedir-lhe permissão e que se o fizesse ele poderia querer acompanhar-me. Era preferível, portanto, ser discreto. Eu tinha certeza que na Capital, embora tivesse de levar vida difícil ao lado das minhas duas irmãs e dos meus dois irmãos, teria bons a-

migos que me ajudariam. Mesmo assim, custei a pôr em prática a minha resolução.

Março de 1946 deveria ser decisivo para mim. Seria o mês do grito da independência dos meus projetos. Eu entendia pouco da profissão de contador, mas confiava em mim. Resolvi, por isso, sair sorrateiramente de São Paulo. Eu estava disposto a sufocar o sentimentalismo e empreender a caminhada. Mas como fazer isso ? Andei alguns dias indeciso. Por fim, escrevi uma carta a meu pai, explicando a minha decisão. Pedi-lhe que perdoasse o meu afastamento, mas era para o bem de todos. Eu visava apenas conseguir uma posição melhor na vida para mim, para ele e para meus irmãos. Podiam confiar em mim, pois logo que eu me firmasse no novo domicílio voltaria para levá-los . Reli a carta e coloquei-a sobre a mesa. Feito isso, na calada da noite, com o coração em ritmo acelerado abandonei a casa e dirigi-me à Estação da Sorocabana. O meu destino era Ourinhos, onde faria baldeação para Londrina, no Estado do Paraná.

Assim que o trem se movimentou , respirei descansado. Senti, contudo, que no som do apito da locomotiva bailava a minha saudade do pai, das minhas irmãs e dos meus irmãos que deixei dormindo. Mas isso era apenas um detalhe nos meus projetos.

Para aliviar o tumulto dos meus pensamentos procurei estabelecer conversa com uma senhora simpática, sentada à minha frente e que viajava acompanhada da filha . Contou-me que se dirigia para o Norte do Paraná, onde residia. Foi um ótimo encontro, pois com ela obtive informações valiosas e a indicação do Hotel dos Viajantes, em Londrina.

Ao chegar à Capital do Café encontrei no hotel diversos viajantes comerciais de São Paulo.O Senhor Hosaka, proprietário do hotel, pensou que eu também fosse viajante e quando eu lhe disse que não era, olhou-me desconfiado mas, logo após o jantar,quando lhe informei que era recém-formado em contabilidade e procurava uma colocação, o seu interesse por mim tornou-se visível.Conversamos e no decorrer da conversa aconse -

lhou-me que desse um pulo a Três Barras, que não ficava longe. Três Barras, naquele tempo, era o nome da cidade de Assaí. Ali os habitantes eram quase na totalidade japoneses e a escassez de profissionais era evidente. O Senhor Hosaka tinha quase certeza de que em Três Barras eu conseguiria o emprego almejado. Essa informação aguçou-me o interesse e após o pernoite no Hotel dos Viajantes tomei o ônibus, ou melhor, a jardineira, com destino a Assaí. Deixei Londrina às 7 horas da manhã de um dia claro, mas logo eu e os outros passageiros mudamos de cor. A poeira roxa era tanta que impedia a visão da paisagem e o pequeno ônibus apenas estava protegido, nas partes laterais, por cortinas de lona, que amenizavam a penetração do vento, mas não eram suficientes para evitar a entrada de nuvens de pó que, a cada solavanco, tingia o rosto dos passageiros. Eu seguia olhando com interesse as plantações à margem da estrada: cafezais, algodoais, milharais e canaviais que se curvavam, movidos pelo vento. De quando em vez apareciam mamoeiros carregados de frutos. Com a atenção presa à paisagem nem percebi quando passamos por Ibiporã e Jataizinho.

A viagem não deixava de ser sensacional, embora nunca se pudesse saber a hora certa da chegada. Para mim não era isso que importava. Para mim era uma jornada em busca de uma solução. Mil pensamentos tumultuavam minha cabeça, sem que eu pudesse imaginar como era a cidade para onde me dirigia. Ao chegar a Três Barras abri os olhos, surpreso. Olhei para a frente e para os lados e tive a impressão de que acabara de chegar a uma aldeia americana onde se digladiavam "cow-boys". Parei numa rua sinuosa e cheia de buracos e contemplei a cidade: algumas casas de madeira nos morros e outras, quase caindo, nos declives, mal alinhadas e com chaminés fumegando. Nem sei bem o que pensei naquele momento, mas logo reagi e encaminhei-me para o Hotel dos Viajantes, que me fora indicado ainda em Londrina. Fui cordialmente recebido pelo proprietário, Senhor Ikeda e tive vontade de pedir algumas informações, mas não o fiz logo porque o cansaço da viagem não me dava ânimo. Tirei a roupa empoeirada e, após um banho, atirei-me à cama e dormi sem pensar no futuro. Sem pensar nem sonhar. Queria apenas dormir, dormir e nada mais.

15

CHEGADA A ASSAÍ

Finalmente, estava eu no Paraná . Após repousante sono no Hotel do Senhor Ikeda, olhei pela janela a Avenida Rio de Janeiro e sorri. A avenida com o nome da então Capital do Brasil nada tinha de avenida, mas já era prenúncio das boas intenções da administração da nova cidade. Eu estava fazendo essas reflexões mas, antes que me afundasse nelas, a Dona Catarina, esposa do Senhor Ikeda, chamou-me para o almoço, que foi temperado com a cordial simpatia dela . Almocei bem, mas as minhas preocupações eram muitas e a principal delas era a da visita à repartição policial. Eu sabia que todos os forasteiros, especialmente os de origem japonesa, tinham por obrigação comparecer àquela repartição munidos de documentos. A atmosfera estava carregada de desconfiança contra os japoneses e ali, em Três Barras, bem como na cidade vizinha de Uraí, prevalecia a colônia japonesa que a Sociedade Colonizadora Bratac do Brasil Ltda. havia implantado.

Na delegacia fui recebido com reservas pelo suplente. O delegado, Tenente João Dias Paredes, estava ausente e tive de aguardá-lo. Não me preocupava muito, porquanto os meus documentos estavam em ordem. Mesmo assim sentia-me inquieto e em vez de sentar-me, fui até a janela. Surpreso, deparei no pátio grande quantidade de japoneses que almoçavam em companhia de suas famílias. A maioria era de idosos. Uns sentados no chão, outros de cócoras, rodeados de pratos e marmitas, estavam comendo e conversando . Notei que estavam preocupados e tristes e perguntei ao Cabo Dirceu Mendes a razão de estarem ali aqueles nipônicos. Ele olhou-me da cabeça aos pés, sorriu e informou que os

42 japoneses pertenciam à organização Shindo Renmei, um movimento formado pelos que não acreditavam na derrota do Japão na guerra. Estavam presos há mais de 40 dias e havia dificuldade de convencê-los da verdade, por um lado, porque muitos eram idosos e não percebiam que os tempos eram outros e, por outro, porque não sabiam ler nem falar o português e estavam imbuídos da sugestão propagandística de falsos representantes nipônicos. Eram, portanto, vítimas de sua teimosia alimentada pela falta de esclarecimento, mas à polícia, que mantinha os japoneses presos por ordem superior, isso não interessava.

Enquanto o Cabo Dirceu Mendes dava-me informes a respeito dos presos, chegou o Tenente Paredes. Cumprimentou-me e pediu que adentrasse ao seu gabinete. Depois de ele ter examinado os meus documentos e ver que estavam em ordem, passamos a conversar. Abordei, então, o assunto dos japoneses presos e coloquei-me à sua disposição para tentar esclarecer a situação. Ele aceitou a minha oferta, já que precisava de

um intérprete para a conclusão do processo iniciado pelo Promotor Regional de Londrina, Doutor Divonsir Borba Cortes.

Com a minha ajuda o processo foi encaminhado às mãos do Doutor Odair Barbosa, promotor recém-chegado de Curitiba, que com a minha colaboração não somente deu conclusão ao processo, como intercedeu junto ao Chefe de Polícia, Coronel Lira, no sentido de libertar os presos. Endossou o que eu lhe havia dito, isto é, que os presos não estavam agindo contra a integridade nacional ou as autoridades constituídas. Eles opunham-se, simplesmente, a acreditar que o Japão houvesse assinado a rendição incondicional com os aliados. Por não saberem ler em português estavam longe de saber o que a imprensa noticiava. E ainda mais: os periódicos japoneses estavam suspensos por lei. Melhor, portanto, dar-lhes a liberdade, já que haviam vindo do Japão para plantar e colher, pois em sua maioria eram lavradores. E o Brasil precisava de mãos de trabalhadores e não de prisioneiros.

O tenente achou boa a minha exposição e sugeriu que eu dissesse isso em carta ao Chefe de Polícia. E valeu a pena, pois os detentos, incontinenti, foram libertados e senti-me alegre por ter conseguido ser útil aos japoneses que estavam sofrendo as agruras da incompreensão. Ser mediador da paz e consegui-la vale mais do que conquistar a vitória pela força.

Nessa época conheci o Doutor Alfredo da Graça, juiz de direito local, com quem estreitei amizade, não só por ter com ele aprendido muito, mas também pela sua lealdade. Por isso, quando me estabeleci em Curitiba, convidei-o, já aposentado, para dirigir o departamento jurídico do meu escritório de contabilidade. Aceitou e exerceu-o até o seu falecimento. Lembro-o com saudade, porque os verdadeiros amigos não morrem no pensamento. Ficam vivos na saudade de que se renova a todos os instantes em que a gente os rememora. Ou quando se relembram os anos que se foram.

16

COOPERATIVA AGRÍCOLA DE ASSAÍ

Em Três Barras, logo após os acontecimentos que acabei de narrar, o Doutor Armando Cravo Sobrinho, Interventor da Cooperativa Agrícola de Três Barras, convidou-me para fazer parte da equipe de contabilistas da mesma. Aceitei com prazer esse trabalho que me deu maior segurança e mais prestígio, a ponto de o gerente, Senhor Nagai, não raro procurar saber a minha opinião sobre assuntos internos da organização.

Ao lado disso, ou talvez por isso, o juiz de direito nomeou-me tradutor e intérprete juramentado da língua japonesa, o

que me deu certa autoridade perante a colônia japonesa. A época era oportuna para um trabalho de integração, pois havia confusão e desconfiança entre japoneses e brasileiros. Eu, então, fazia tudo para conseguir a união. O meu objetivo era integrar a amizade nipo-brasileira na convivência diária, pois eu sabia que só assim terminariam os ódios e ressentimentos entre os dois povos. Aos poucos, consegui o que almejava.

Morava eu, nesse tempo, no Hotel dos Viajantes e diariamente tinha notícias de São Paulo trazidas pelos que vinham de lá. Como todos os dias era procurado por dezenas de pessoas que pediam esclarecimentos para a solução dos seus problemas, resolvi alugar em outro local uma sala que servisse também de escritório, passando a fazer só as refeições no hotel.

Mais tarde, o Senhor Furucho sugeriu que eu alugasse uma sala ao lado de uma casa comercial, o que seria mais cômodo para os que precisassem dos meus préstimos. Aceitei a sugestão e o meu prestígio cresceu, não porque eu fosse ganancioso, mas

por ficar ainda mais ligado à cidade de Assaí, que eu já estava amando. E nem podia ser diferente, pois eu era o vínculo que ligava a amizade de dois povos de pensamentos diferentes e, como a união faz a força e a força da amizade estrutura a paz e o respeito, eu me regozijava, confiando na amizade de brasileiros e japoneses. Não me enganei e hoje orgulho-me disso.

É difícil esquecer certas amizades. Jamais esqueci, por exemplo, os companheiros de trabalho de então: os contabilistas Jorge Shimba, Osvaldo Yokoyama, Toshio Kian, Paulo Kurihava, Francisco Rocha, Adolfo Rodrigues e Mário Alves, que foram não somente meus colegas, mas logo tornaram-se verdadeiros amigos.

Como chefe tínhamos, então, o Senhor Santos. Aliás ele foi mais do que um chefe. Foi um orientador que muito me ensinou da profissão de contador. Sua solicitude foi o meu braço direito na solução de muitos problemas e no esclarecimento dos casos em que a dúvida fazia-se presente.

Nesse tempo, o diretor comercial da Cooperativa era o Senhor Tomotada Ikeda e o diretor gerente era o Senhor Nagai, engenheiro civil formado no Japão, que logo depois transferiria a sua residência para a cidade de São Paulo. O Senhor Ikeda é um dos desbravadores daquele recanto do Estado do Paraná, sendo que o município de Assaí tem nele e nos Senhores Tsujimoto, Funada, Isikawa, Wata, Fujita, Minamihara, Hayashi e Akagui os iniciadores do seu progresso. No 50º aniversário de Assaí o Senhor Ikeda foi agraciado, junto a outros pioneiros, com o título de Cidadão Emérito da cidade. A sua permanente luta pelo desenvolvimento de Assaí não tem fim e faz com que a homenagem seja justa e merecida. O Senhor Tomotada Ikeda é um patrimônio vivo de Assaí. Ela é um pouco dele e ele é todo dela, pelo seu denodo e amor à cidade que ajudou a crescer.

17

INÍCIO DA VIDA PROFISSIONAL

Como naquele tempo não existisse nenhum escritório de contabilidade na sede do município, procurei preencher essa lacuna montando um não só para atender aos comerciantes, mas também aos moradores japoneses que precisavam de orientação, principalmente aos que não sabiam falar o português. A solução da maior parte dos casos que me eram confiados dependia de contatos com as autoridades, o que causava muito medo aos japoneses daquele tempo que, embora fossem inocentes, sofriam o reflexo da Grande Guerra. A guerra é um monstro que destrói a felicidade a que todos os povos aspiram.

A maioria dos japoneses em Assaí não aceitava, de início, o que estabelecia a lei. Não o fazia por maldade, mas por falta de compreensão do que ocorria no mundo. A situação era diferente do que os japoneses imaginavam e o pior era que eles tentavam criar os filhos como se estivessem vivendo no Japão do passado. Haviam estacionado no tempo e não compreendiam a evolução nem aceitavam as modificações dos regimes. Era preciso esclarecê-los e a mim cabia fazer-lhes ver que estavam no Brasil e deveriam fazer deste país a sua nova pátria, que precisava e precisa da colaboração de todos para que a paz seja uma conquista duradoura.

O meu escritório tornou-se, em pouco tempo, um ponto de referência. Eu orientava os japoneses e dizia a eles que o Japão perdera a guerra e que não era mais o mesmo. Era um país que evoluía e constituía um erro manter os filhos arraigados à educação antiga. Era preciso integrar-se na evolução e dar à nova geração uma educação adequada.

Não foi fácil convencê-los, mas acabaram aceitando as explicações. Com isso, o Brasil também começou a olhar com mais simpatia os filhos do Sol Nascente e esse fato criou novo ânimo nos japoneses que, aos poucos, iam compreendendo que deveriam adaptar-se aos costumes do país onde viviam. Começaram a matricular os filhos nos colégios e perderam a desconfiança de que eram visados pelas autoridades.

Essa transformação de atitudes e de idéias foi muito benéfica e hoje os brasileiros de origem japonesa são tão brasileiros como os de outras origens. Dedicam-se com eficiência e amor ao engrandecimento do Brasil, não só em suas profissões, mas também na política e na administração. Orgulho-me disso, e espero ver, cada vez mais, o meu ideal concretizado: ver frutos cobrindo as árvores de solidariedade que ajudei a plantar.

Ao findar novembro de 1946 deixei de ser funcionário da cooperativa agrícola.

Não deixei, porém, de prestar assistência à diretoria da mesma, principalmente na preparação das assembléias gerais e na tradução de relatórios, que eram feitos, originalmente, em japonês. O interventor exigia-os em português, por um lado, para atender às exigências legais da época, por outro, porque brasileiros estavam passando a fazer parte da cooperativa.

Como o meu diploma, por ser eu japonês, ainda não havia sido registrado, fiz um acordo com Toshimi Kian, companheiro de trabalho na cooperativa: eu faria toda a escrita fiscal e a parte burocrática junto às repartições e ele faria a escrituração contábil propriamente dita e assinaria os balanços como técnico responsavel. Com isso aprendi muito de escrituração mercantil, ponto em que o meu conhecimento era deficiente, pois ao terminar o curso eu havia decorado como se faz um lançamento, um balanço ou um relatório, e agora eu estava percebendo que na prática era diferente. Eis porque procurei que fizesse parte da minha firma o Senhor Kian, cuja competência como contabilista era conhecida e que, como meu sócio, dava prestígio à firma. Ao mesmo tempo associei-me ao Senhor Sebastião Vinci, que residia na vizinha cidade de Uraí, onde tinha escritório de contabilidade além de trabalhar na prefeitura.

O meu escritório desenvolveu-se e não levou muito tempo para que me fosse confiada a escrituração de quase todos os comerciantes. Eu fazia a escrita para eles , dava-lhes orientações sobre encaminhamento de papéis que dependiam de repartições e ia mais longe ainda preparando papéis de casamento, principalmente para os que moravam longe da sede e pouco ou nada falavam de português. Para esses eu era mediador e intérprete.

Em fins de 1947 o Senhor Kian desligou-se do meu escritório e estabeleceu-se na cidade de Maringá desenvolvendo a sua atividade profissional. Senti muito quando fiquei sabendo, mais tarde, que falecera de mal súbito meu amigo Kian, um dos melhores colegas que tive na época de minha aprendizagem profissional, a quem devo muito, pois

quando iniciei a minha atividade praticamente nada sabia da técnica contábil.

Pareceu-me que um jornal na cidade serviria para melhorar a vinculação entre os seus habitantes. Resolvi, então, fundar o semanário Notícias de Assaí. Para essa iniciativa procurei a colaboração do jornalista Fernando Lopes de Oliveira, que achou a idéia oportuna. Encarreguei-me da parte em língua nipônica e ele assumiu a responsabilidade do texto em português, já que o semanário era redigido nas duas línguas. A parte em japonês inseria notícias locais e transcrições de jornais de São Paulo, visando esclarecer ao máximo os japoneses da região. Essa publicação foi importante na ligação dos elementos de etnia japonesa com os brasileiros, estabelecendo um forte entrosamento social. O jornal é uma força que orienta e convence.

Foram principais colaboradores do jornal o Doutor Teixeira da Graça, juiz de direito, Frei Constantino, pároco e um verdadeiro homem santo, e Antônio Bittencourt

Ferreira, oficial-maior do cartório local, que passou a ser meu compadre e posteriormente foi titular do cartório de Nova América da Colina, sendo atualmente titular do cartório de Bela Vista do Paraíso. O Doutor Graça colaborava com artigos literários e eventualmente com comentários locais, enquanto o Frei Constantino, escrevia artigos de orientação religiosa. Antônio Bittencourt Ferreira, com seus poemas até em latim e com seu conhecimento jurídico e literário, preenchia os espaços vazios do jornal.

Estávamos, então, no ano de 1948. A minha permanência em Assaí estava enraizada e, por isso, resolvi tornar-me proprietário. Comprei alguns lotes e mandei construir uma casa confortável e espaçosa e, anexa, outra casa especialmente para meu pai e meus irmãos. Com isso, cumpria a promessa que lhes havia feito na carta que escrevi antes de tomar o trem na Sorocabana com destino ao Paraná, terra onde vivo, tenho a minha família que amo e amigos que considero.

18

INTEGRAÇÃO COM A SOCIEDADE

O complemento afetivo do homem é a mulher. Sem a mulher o homem é um andarilho solitário que caminha sem pouso certo, como eu era antes de conhecer a professora Elvira Gertrudes Alberini, filha do conceituado comerciante João Alberini e de Dona Ida Zaparoli Alberini. Conheci-a quando, ao lado de sua irmã, professora Aparecida Luíza Alberini, lecionava no Grupo Escolar de Assaí e no Instituto Maria José, da mesma cidade. Desde o primeiro encontro, senti que nela havia encontrado a mulher ideal e não me enganei. Em 13 de novembro de 1948

casei-me e desde então ela participa da minha vida como companheira e mãe dos filhos que amo e dos quais me orgulho.

Em 1949, aconselhado pelo meu amigo Doutor Alfredo, juiz de direito, requeri a cidadania brasileira. Não era muito fácil consegui-la naquela época, principalmente para um japonês mas, graças à intervenção do Deputado Bento Munhoz da Rocha Neto, então Secretário da Câmara Federal, tudo correu a meu favor. Em 27 de junho de 1950 o decreto foi assinado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra e passei a chamar-me Armando Soichi Iwaya. O nome Armando eu já usava desde o batismo na igreja católica, tendo sido dado como homenagem ao Interventor de São Paulo, Armando Sales de Oliveira, e achei que, ao naturalizar-me, deveria mantê-lo como homenagem à religião católica.

Poderia alguém querer saber porque sou católico praticante, enquanto a maioria dos japoneses é budista ou xintoísta. Acontece que, antes de partir do Japão, na cidade de Kobe, não sei porque minha santa mãe le-

vou-me a uma igreja católica e consagrou-me a Nossa Senhora, colocando-me ao pescoço uma corrente com uma medalha. Indelevelmente me lembro desse fato, embora ela nunca tenha contado nada sobre o motivo que a levou a fazer aquilo. Talvez ela nada me tivesse dito em sinal de respeito a meu pai, que era xintoísta.

Por solicitação do Doutor Bento Munhoz da Rocha Neto, logo depois da minha naturalização o Doutor Roberto Barroso pediu que eu formasse o Diretório Municipal de Assaí do Partido Social Trabalhista e, embora eu não o desejasse, fui eleito pelos meus companheiros Presidente do mesmo. Empenhei-me com Almiro Ramalho, ex-prefeito e militante da União Democrática Nacional, e Lupércio Soares, do Partido Trabalhista Brasileiro, na eleição de Bento Munhoz da Rocha Neto a Governador do Estado. Com o nosso trabalho ele conseguiu a vitória em Assaí derrotando por grande diferença de votos, o candidato do Partido Social Democrático.

Entre 1946 e 1949 vivi em Assaí adquirindo experiência e solidificando ami-

zades. Participei intensamente da vida social, política, cultural e profissional em companhia de amigos e colegas inesquecíveis.

Pelo trabalho de conversão dos nisseis à igreja católica e pela atividade social desenvolvida solidificou-se a minha amizade com o Frei Constantino, Vigário da Matriz de São José, e com os padres que o sucederam na paróquia. Cheguei a ser nomeado Secretário Geral da Congregação Mariana e, nesse campo, não medi esforços para ajudar a construção da igreja.

No campo jornalístico o meu braço direito foi Fernando Lopes de Oliveira, que não era apenas jornalista, mas político e idealista, tendo emprestado apoio positivo à integração de japoneses à comunidade brasileira.

Hoje, ao lembrar-me de quanto auxiliei às autoridades brasileiras e aos japoneses, sinto-me feliz. Não apenas por ter sido intérprete e tradutor, mas por ter sido útil na solução de problemas de relacionamento que eram freqüentes naquele tem-

po. Consegui também que o Governo do Estado oficializasse o curso de japonês, que antes era clandestino. Ao lado disso, foi liberada a prática de "undokai",que é uma gincana esportiva, fato que deu muita alegria aos japoneses, pois essa liberação era ansiosamente esperada. O exercício periódico dessa modalidade esportiva serviu de incentivo para unir cada vez mais a comunidade nipo-brasileira de Assaí e, conseqüentemente, do Paraná.

Consegui também o funcionamento livre das cerimônias religiosas de Tenrikyo e outras, que ficaram sob a minha responsabilidade. Sou, portanto, grato a todos os que apoiaram, naquele tempo, material e espiritualmente, os meus desejos que sempre visavam à paz das consciências conflitadas. Tudo que consegui incentivava-me a amar cada vez mais a minha pátria adotiva e é por isso que me entusiasmei a vir para Curitiba , de mudança, em 1950. Vim residir na Capital do Paraná para continuar meus estudos,criar amizades e prosseguir, de cabeça erguida , para a frente.

Às vezes um gesto, uma palavra ou um pensamento mudam o destino de uma pessoa e só mais tarde, através da recordação, percebe-se isso. Vou narrar, em rápidas pinceladas o que aconteceu comigo em agosto de 1938. Estava eu então terminando o curso primário e insistia com meu pai para que nos mudássemos da pequena cidade de Cocuera para São Paulo, onde continuei trabalhando, sofrendo e estudando. A professora da minha classe, não sei se por curiosidade ou como um teste psicológico, perguntou a cada aluno o que pretendia ser. Shigueno, que era filho de granjeiros, declarou que passaria a ajudar os pais. Saburo, filho de próspero fruticultor, disse que pretendia cuidar da fruticultura. Toshimi Saito, meu companheiro desde a saída do Japão, afirmou que iria plantar batatas e outras verduras na companhia dos seus genitores. Já Sagawa, filha de um líder ruralista, gerente da cooperativa local, declarou ter pretensões de ir de bicicleta estudar na cidade de Moji das Cruzes e, mais tarde, fazer curso superior em São Paulo.

Quando chegou a minha vez de responder, eu disse que pretendia matricular-me no ginásio e posteriormente entrar numa faculdade para conseguir um diploma de doutor. Essa minha declaração foi um impacto. Alguns riram e outros condenaram a minha pretensão. Jamais poderiam admitir que, sendo eu filho de arrendatário pobre, aspirasse estudar numa faculdade. Todos achavam que a minha obrigação era ajudar meus pais que lutavam na lavoura para sobreviver. Mas a minha declaração era sincera, pois eu sempre sonhei com uma profissão liberal que me desse independência para ser útil e ajudar aos que precisassem, provavelmente influenciado pelos constantes conselhos de meus pais. Mesmo agora parece que ainda estou ouvindo a voz de meu pai: "Soichi, quando crescer procure ser útil à coletividade. Não esqueça nunca que mais vale ser prestativo do que ter a pretensão de ser importante". Grande conselho ! Grande conselho, principalmente, para um filho primogênito da família Iwaya, que sempre teve dentro de si a voz atávica dos Iwayas, conceituados na agricultura do Japão. É verdade que nem todos os meus parentes ficaram na lavoura. Muitos deles possuem curso superior e exercem outras atividades.

Esse meu pensamento, portanto, ligava-se aos meus primos do Japão. Eu queria estudar, vencer e colaborar com a coletividade como era desejo de meu pai. Embora com sacrifício, consegui o que pretendia, concretizando o que posso chamar de precognição dita, há muitos anos, a uma professora de escola primária, formando-me bacharel em Economia e Finanças, pela Escola de Comércio e Ciências Econômicas do Rio de Janeiro, em 1948, tendo recebido posteriormente o título de Habilitação Profissional de Técnico de Administração, conferido pelo Conselho Federal de Técnicos de Administração.

19

NOVA MUDANÇA: CAPITAL DO ESTADO

Quando pensamos nas realizações futuras, vemos à nossa frente a mão da esperança a indicar-nos o caminho. Senti o efeito desse simbolismo quando cheguei a Curitiba . Trazia comigo, então, intenções, projetos e esperanças. Olhava para a frente, embora tivesse deixado atrás minha querida esposa Elvira, que havia ficado com meu pai e meus irmãos em Assaí. Não que me faltasse vontade de trazê-los,principalmente a Elvira, pois mesmo envolto em preocupações sentia a ausência dela. Não era bem ausência dela. Ela estava no meu coração, mas sobre o sentimento

afetivo prevalecia a lógica. Eu queria assegurar conforto, antes de mais nada, a ela e a todos e isso somente seria possível depois de instalar-me convenientemente. Não apenas com uma confortável casa, como eu sonhava, mas também com o escritório de contabilidade. Isso, entretanto, não era fácil numa cidade populosa como a Capital do Paraná, onde eu não possuía amigos, ou melhor, tinha-os poucos porém valiosos. Destacavam-se entre eles o Doutor Salvador de Maio e o Doutor Kiyoshi Kanayama, ilustres advogados.

O primeiro ligou-se a mim quando ia advogar em Assaí, onde tinha a liberdade de usar o meu escritório como se fosse dele.

O segundo havia sido advogado lá. Muitos dos meus amigos tiveram seus problemas solucionados por ele, não só em Assaí, como em Curitiba, junto às autoridades judiciais e à polícia.

Ao lado desses dois, ligava-me pela amizade ao Doutor Roberto Barroso, diretor do combativo jornal Diário da Tarde e

Presidente do Diretório do Partido Social Trabalhista, bem como ao Doutor Bento Munhoz da Rocha Neto, então Governador do Estado do Paraná. Por ele eu havia trabalhado na campanha eleitoral em Assaí, onde acabou sendo vitorioso. Como não é do meu costume cobrar o trabalho que faço por idealismo,não fui visitá-lo de imediato. Preferi entrar em contato com os companheiros de partido Capitão Manoel Alves Quadrado, Augusto Waldrigues, Alberto Régnier e Doutor Leonel Prado Martins. Este último era alto funcionário do Instituto Nacional de Previdência Social e exerce hoje a presidência da Junta de Recursos da Previdência Social no Paraná.

O Doutor Bento Munhoz da Rocha Neto, ao saber da minha pretensão de fixar-me em Curitiba, pediu ao Doutor Roberto Barroso que se interessasse por uma colocação no Estado para mim. A notícia era confortadora e, apesar dos entraves burocráticos, não teve delonga o início da minha fixação em Curitiba. Antes disso, o Doutor Roberto Barroso havia cedido uma sala ao lado da redação do Diário da Tarde para que eu instalasse

o meu escritório de contabilidade associado a Alberto Règnier, cunhado do Doutor Roberto Barroso. Senti, desde então, que o Diretor do Diário da Tarde não era apenas um jornalista de vanguarda, mas também um amigo que, justa e merecidamente, foi eleito Vereador de Curitiba, com votação suficiente para eleger mais cinco vereadores do Partido Social Trabalhista. Seu prestígio logo foi confirmado com a eleição para Deputado Federal e com a nomeação para o cargo de Secretário do Interior e da Justiça do Paraná.

A carreira política do Doutor Roberto Barroso certamente teria sido brilhante se não tivesse ocorrido a sua morte. Não lhe faltavam predicados: como orador, empolgava as massas; como jornalista, defendia o direito e a justiça; como amigo, não media sacrifícios em ser útil desinteressadamente.

Mesmo tendo esse apoio eu ainda não era conhecido como profissional no comércio e por isso era difícil conseguir clientes. Eu ansiava por trabalhar perante a jun

ta comercial, as coletorias e outras repartições. Os clientes, no entanto, eram poucos embora o meu escritório estivesse instalado no centro da cidade, na Alameda Doutor Murici esquina da Rua 15 de Novembro. Por ter pouco serviço de escrituração senti-me na premência de procurar algum emprego de meio expediente. Era preciso aumentar a renda para fazer frente às despesas de manutenção pessoal.

Morava eu então no hoje extinto Hotel Rex, que ficava na Rua Ébano Pereira. O proprietário, Senhor Manoel, mais tarde tornou-se dono do Hotel Aeroporto, na Rua João Negrão quase esquina com a Avenida 7 de Setembro.

Não sei bem porque estou contando isso. Creio que é para tornar mais clara a exposição dos fatos do início da minha vida em Curitiba ou porque, às vezes, um pequeno detalhe dá sabor especial à narrativa. Já que é assim, devo acrescentar que diariamente, no período da manhã, passei a freqüentar o Café Alvorada, na Travessa Oliveira Belo, que naquele tempo era conhecido como o Senadinho e, ao ser transferido para a Avenida Luiz Xavier, recebeu o nome de Boca Maldita, onde até hoje se comentam fatos e particularidades da vida alheia e fazem-se fofocas políticas.

Como eu tinha escritório de contabilidade, procurava relacionar-me com quem poderia precisar dos meus préstimos e passei a freqüentar, não apenas por lazer, mas também por interesse profissional, o Café Alvorada da Rua 15 de Novembro, que era o ponto de encontro de comerciantes da Capital, do interior e de outros Estados, por ficar próximo da Federação do Comércio e do Edifício Lustosa, onde estão instalados escritórios de advocacia, consultórios médicos e dentários e empresas de seguros.

Nessa ocasião tive a decisiva colaboração da Senhorita Lurdes Lapikoski que, apesar de receber pequeno salário, lutou a meu lado até que o escritório se consolidasse. Mais tarde, quando eu trabalhava na Chefatura de Polícia, ela veio a ser secretária do Senhor Maurício Sibut, que era o Di-

retor Administrativo. Minha esposa e eu somos padrinhos de casamento dela.

Um dia fui informado de que na Inspetoria Regional de Estatística Municipal existia uma vaga. Não perdi tempo e corri à Rua Desembargador Westphalen, 157. Fui recebido pelo Inspetor Regional, Senhor Oswaldo Fonseca e, meia hora depois, era admitido no cargo de auxiliar estatístico, iniciando-se assim a minha caminhada na estrada do funcionalismo público do Paraná . A Inspetoria era vinculada ao Conselho Nacional de Geografia e Estatística, hoje Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Havia perspectiva de ir para a frente e era isso que eu desejava.

É verdade que, no início, faltava-me maior competência, mas no estudo e na convivência fui procurando aprimorar meus conhecimentos.

Dentro do meu plano de realizações havia um vácuo, pois faltava-me o apoio afetivo de minha esposa. Providenciei então

a sua vinda para Curitiba, na véspera do Natal de 1950. Assim pude tê-la a meu lado quando os sinos anunciavam o nascimento de Jesus. Não lhe dei logo um lar, como ela merecia. Fomos morar numa pensão à Rua Saldanha Marinho, que me fora indicada pelo Senhor Kunitake, que também sabia onde eram servidas boas refeições a preços módicos. Como vendedor pracista, solteirão,ele gostava de orientar os forasteiros e para mim foi mais do que útil, recomendando-me a várias firmas que confiaram suas escritas comerciais ao meu escritório.

Nessa época, fomos residir à Rua Comendador Roseira, 179, no Prado Velho,na casa de Dona Negra. A chave que me abriu a porta para que eu ali entrasse foi o meu compadre Doutor Jacob Brandalize Neto, que eu havia conhecido em Assaí e que era genro de Dona Ângela Caron, que atendia pela alcunha de Dona Negra.

Logo de entrada senti o calor de uma gradável recepção. Não havia restrições. Fomos recebidos, eu e minha esposa ,

como se fôssemos da família. Estreitamos a amizade que, depois, foi enriquecida com a do Senhor Mário Bandeira, irmão da locatária, e com a dos seus filhos Aglair e Eloir. Sentindo-me rodeado de amigos revigorei os projetos que tinha em mente, isto é, aproveitar a minha capacidade de tradutor. Traduzir é semear pensamentos em diferentes terrenos. É ligar povos pela luz da compreensão mútua. Não vacilei, por isso, em ser tradutor e intérprete juramentado da língua japonesa, como eu já havia sido na Comarca de Assaí. Foi para mim uma grande satisfação ser Tradutor Público e Intérprete Comercial da Junta Comercial do Estado do Paraná.

Corria então o ano de 1952. Passavam pela minha mão passaportes, assentamentos civis, diplomas e outros documentos oriundos do Japão. Constantemente eu também era solicitado pelas autoridades judiciais e policiais para servir de intérprete dos japoneses que não sabiam falar bem o português. Eu atendia a essas solicitações por dever profissional e pelo prazer de servir, ligando os povos pelo calor humano.

Isso me deu oportunidade de consolidar a amizade com a comunidade japonesa local. Esta não era numerosa na Capital. Destacavam-se nela os Senhores Yassumoto, Kawasse, Ito, Washida e Sumida, através de quem conheci outros que viviam nas adjacências de Curitiba, como Hamazaki, Adachi e outros que faziam parte da Sociedade Japonesa de Uberaba. A eles devem-se iniciativas como a da fundação da Sociedade Cultural e Esportiva Pinheiros, que ajudei a estruturar juridicamente, elaborando e registrando os seus estatutos.

Posteriormente, fundamos a Sociedade Cultural Nipo-brasileira de Curitiba e a Sociedade Beneficente Nipo-brasileira do Paraná que, mais tarde, foi incorporada à primeira, passando a denominar-se Sociedade Cultural e Beneficente Nipo-brasileira de Curitiba. Por várias gestões fiz parte de sua diretoria.

Em 1953 foi fundada, com a participação decisiva do então Major Ubirajara Brandão, a Sociedade Cultural Nipo-brasileira de Curitiba, para divulgação da cultura

e da língua japonesas. O Major Ubirajara havia estudado a língua japonesa em São Paulo, quando ainda tenente. Naquele tempo eu trabalhava no Grêmio Cultural Nipo-brasileiro de São Paulo, como contínuo, tendo lá conhecido o Ubirajara Brandão. O nosso propósito, porém, teve vivência efêmera, pois funcionou apenas até 1955. Mas nem tudo ficou perdido. A semente dessa iniciativa não era estéril. Em 1975 foi instituído o Curso Livre de Língua Japonesa na Universidade Federal do Paraná e, como todas as boas iniciativas tendem a amadurecer, a Universidade converteu-o em Curso de Extensão Universitária do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, sob a coordenação do professor Toshiaki Saito, da mesma Universidade. Tive o privilégio de lecionar ali juntamente com a professora Hiromi Sakiyama, durante quase 3 anos, quando o número de alunos chegou a 300 e foi necessária a colaboração de outras professoras. Hoje, o curso conta com 10 professoras e quase 600 alunos, sendo que a maioria não é de origem japonesa.

20

ESTUDO E APERFEIÇOAMENTO

Dizer que vim residir na Cidade Sorriso, que é Curitiba, Capital do Paraná, em 1950, é repetir o que havia assinalado nas páginas anteriores. Todavia, às vezes, quando se contam pedaços da própria vida, convém repetir, para maior clareza algo que já foi dito. Como faço agora, repetindo que desde o primeiro contato com a cidade senti-me cheio de otimismo. Via a possibilidade de aprimorar os meus estudos e essa era uma das metas que eu visava. Levantei a cabeça, olhei o azul do céu e notei à distância copas de pinheiros que não se curvavam nem ao vento que passava. Sem afundar-me em comparações filosóficas, exultei. Não tinha

pretensão de ser como os pinheiros, mas não temia as vicissitudes. Não vim para Curitiba para sonhar, mas para trabalhar e aperfeiçoar os meus conhecimentos e desde a minha chegada sentia-me envolvido pelo calor dos curitibanos.

Em 1951 inscrevi-me no Curso de Especialização de Contabilistas do Serviço Nacional do Comércio-SENAC. Ali aprendi o que precisava para elaborar com eficiência diversos tipos de balanços comerciais. O professor era o Delegado Regional do Imposto de Renda, Nestor Rodrigues da Silva, autor de várias obras técnicas. Aprendi muito com ele e privei da amizade do mestre e orientador da primeira turma do Curso de Especialização de Contabilistas do SENAC.

Quase todos os meus colegas tiveram êxito profissional. Uns entraram para o Banco do Brasil, outros conseguiram nomeação para a Caixa Econômica Federal e outros ainda assumiram cargos no Tesouro Nacional, enquanto alguns foram nomeados para destacados cargos estaduais.

Eu, no entanto, continuei com o meu escritório de contabilidade, onde julgava-me mais seguro. Como nunca é demais aprender continuei freqüentando palestras e cursos de extensão, não somente ligados à minha profissão, mas também de filosofia, como o que foi realizado no Instituto Brasileiro de Filosofia, patrocinado pelo Governo do Estado, sob a direção do Professor Felipe de Miranda, Diretor do Departamento do Ensino Superior da Secretaria da Educação e da Cultura.

Não parei aí. Em 1952 inscrevi-me no Curso de Evolução do Pensamento Econômico, ministrado pelo Professor Raul Paul Hugon, promovido pela Universidade Federal do Paraná. Pude, com isso, aliar novos conhecimentos aos que já possuía, pois os dois cursos tinham como base a análise do raciocínio humano na justificativa da existência. Como sempre procurei compreender os outros esses cursos foram muito valiosos para mim.

Como nem só de filosofia vive o homem, inscrevi-me, em 1953, no Curso de Legislação Sindical e do Trabalho que fazia

parte do programa do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio, mantido pela Faculdade de Direito de Curitiba. Aprimorei ali os meus conhecimentos sobre escritas comerciais e com isso pude atender melhor meus clientes que, em sua maioria, pediam orientação para resolver problemas profis - sionais, o que servia de estímulo para que eu aumentasse minha experiência.

Eu sabia, todavia, que a obtenção de títulos não era suficiente para solucionar os problemas que me eram trazidos pelos clientes. Por isso eu estudava muito.

Em 1963, durante as férias esco - lares, voltei a freqüentar,na Universidade Federal do Paraná, o Curso de Administração Municipal. Eu era então assistente técnico de diversas prefeituras do Paraná. As carentes de funcionários capacitados encarregavam-me de organizar documentos exigidos pelos trâmites legais. Atendendo-as a contento, fiz novos amigos entre muitos prefeitos daquela época e mantenho a amizade deles até hoje.

Em 1963 fui convidado a inscrever-me no Ciclo de Estudos Sobre a Doutrina de Segurança Nacional, evento cultural e patriótico promovido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra-ADESG. Embora o meu tempo fosse escasso, fiz parte da primeira turma onde tive colegas ilustres e de projeção, como o Engenheiro Ivo Arzua, Prefeito de Curitiba naquela época, o Coronel Rubens de Morais, o industrial Oscar Schrappe Sobrinho, Presidente da Federação do Comércio, o Desembargador Rocha Loures e outros.

Esse curso, orientado pelo Almirante Viana, foi ministrado por oficiais do exército, da marinha e da aeronáutica e contou, alternativamente, com professores convidados. Valeu como afirmativa de patriotismo.

Os ensinamentos e a convivência com novos grupos deram-me nova visão de patriotismo, cimentada com o calor da amizade. Em mim, particularmente, fortaleceu-se o espírito de brasilidade. Senti-me orgulhoso da

cidadania que me fora concedida anos atrás, quando ainda morava em Assaí.

Em 1965 passei a prestar serviços na Assembléia Legislativa do Paraná, como já assinalei, trabalhando na implantação do Serviço de Cadastro do Material e do Patrimônio. Como chefe de divisão achei por bem freqüentar o Curso de Técnica de Chefia e Liderança, promovido pelo Departamento Estadual de Serviço Público-DESP e oficializado pela Universidade Federal do Paraná. Ministravam-no eminentes professores como Pery Suplicy de Almeida, Egas Moniz de Aragão, Guilherme Guimbala, Jorge Pellegrini Samwais, Dirceu Ribas Veiga, Carlos Hungria e Eleutério Dallazen, sob a coordenação do Professor Nicolau Ballazs Barroso. Nesse curso aprendi muito mas não parei aí. Após tê-lo concluído, fiz o Curso de Administração de Material do SENAC. Freqüentei esses cursos não apenas para colecionar certificados ou diplomas, mas para aperfeiçoar o serviço no setor sob a minha direção, isto é, a Divisão de Material e Patrimônio da Secretaria do Poder Legislativo. Com os cursos citados senti-me capacitado a introduzir diversas modificações, dinamizando o controle de material. O trabalho recebeu um voto de louvor, registrado em Portaria do Diretor Geral da Assembléia Legislativa.

O Ministério da Educação e da Cultura, em 1969, patrocinou na Universidade Federal do Paraná o Curso de Aperfeiçoamento em Técnicas Administrativas, do qual participei enquanto, paralelamente, assistia ao Curso de Aperfeiçoamento para Pessoal de Chefia, organizado pela Assembléia Legislativa do Estado e pela Sociedade Paranaense de Estudos Administrativos. Esse esforço pode parecer pretensioso, mas não era, pois eu fazia esses cursos para melhor atender às minhas funções e, em virtude desse meu cuidado e dos estudos que realizei, foi-me conferido o título de Habilitação Profissional de Técnico de Administração, do Conselho Federal de Técnicos de Administração, devidamente registrado sob o nº 252, em 20 de outubro de 1971.

Como complementação, a convite do Ministério do Planejamento e da Coordenação Geral, freqüentei o Curso de Treinamento de

Agentes de Reforma Administrativa.Isso proporcionou-me a base para que pudesse colaborar com o Ministério em trabalhos de reforma administrativa e de desburocratização de serviços públicos. Corria, então, o ano de 1972 e os sistemas governamentais,que começavam a modernizar as suas administrações, precisavam de quem pudesse ajudá-los nesse particular.

Em 1973, como sócio-colaborador,integrante dos grupos de 1963, assisti ao Curso de Atualização sobre Segurança e Desenvolvimento da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra.

No decorrer de 1974, no período de 16 de agosto a 25 de setembro, freqüentei o Curso de Fundamentos para a Modernização Administrativa, patrocinado pela Secretaria do Planejamento do Estado do Paraná, com o apoio da Secretaria do Planejamento da Presidência da República. O meu nome passou a figurar no Catálogo de Técnicos em Planejamento Governamental do Estado do Paraná.

Faço constar esses cursos do currículo dos meus traços biográficos como testemunho do empenho e da dedicação com que servi nos cargos que me foram confiados,bem como para demonstrar quanto se deve lutar para conseguir a concretização do ideal almejado. Estudar nunca é demais, pois o estudo dá uma nova dimensão à nossa existência e proporciona-nos a realização profissional e social, integrando-nos no progresso do país.

21

VIDA PROFISSIONAL

Retorno ao ano de 1957. Foi nesse ano que o Engenheiro Agrônomo Paulo Sommer convidou-me para exercer o cargo de Secretário da Associação Rural de Curitiba. Pude aquilatar então o seu entusiasmo pelo ruralismo no Paraná. Aliei-me às suas idéias e logo fui eleito vice-presidente da entidade, o que me possibilitou conviver com os lavradores e fruticultores da periferia de Curitiba, estimulando-os e dando-lhes orientações.

Em 1958, como membro consultivo da Comissão de Organização dos Festejos do Cinqüentenário da Imigração Japonesa no Brasil

(Seção do Paraná), empenhei-me no sentido de dar a essa data o justo destaque. Ela assinalava o cinqüentenário da vinculação de dois povos, acontecimento que merecia a atenção não só dos japoneses, mas também dos brasileiros que os consideravam como amigos. Eu regozijava-me, colaborando nesse congraçamento social com júbilo no coração.

Eu trabalhava desde 1950 na Inspetoria Regional de Estatística Municipal em Curitiba tendo passado de auxiliar estatístico a contabilista-auxiliar. De contabilista auxiliar fui elevado a contabilista-chefe, vaga que preenchi com a saída do Doutor Romualdo Reichert, que a deixou para exercer a profissão de dentista. Os degraus de minha ascensão pública continuaram sucedendo-se rapidamente. De contabilista-chefe do setor econômico financeiro fui promovido a chefe de administração, cargo máximo na hierarquia administrativa da Inspetoria e que exerci sem prejuízo do anterior. Essa promoção devo ao Professor Augusto Waldrigues, que assumiu o cargo de Inspetor Regional com a saída do Senhor Osvaldo Fonseca.

Como a convivência é um vínculo de amizades conheci na Inspetoria servidores dedicados como Doutor Romualdo, Nelson Robert, Próspero Feliz, Kalinoski, Cidade, Doutor Nelson Prado, Fonsequinha e outros. Guardo deles expressivas e gratas recordações, pois as boas lembranças nem a passagem dos anos consegue apagar do pensamento.

Em 21 de março de 1953 passei a trabalhar na Chefatura de Polícia, após submeter-me a concurso público. Fui designado Chefe do Serviço Patrimonial. Organizei ali o cadastramento de todo o patrimônio, tarefa que não era fácil porque não se restringia somente ao patrimônio do órgão central, mas incluía o das dependências subordinadas àquela repartição, atualmente Secretaria de Estado da Segurança Pública. Nesse mister fui ajudado por dedicados funcionários como Arlete Fogiatto, Marlene de Araújo Talamini e Manoel Hirt de Siqueira. A primeira está aposentada, a segunda continua exercendo um cargo na Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Manoel Hirt de Siqueira é Diretor do Departamento de Construção da Telecomunicações do Paraná S.A.-TELEPAR.

Nessa ocasião o Chefe de Polícia era o Major Ney Braga, nomeado pelo saudoso Governador Bento Munhoz da Rocha Neto.

Nesse novo cargo eu convivia com uma equipe que logo ligou-se à minha amizade: o saudoso Contador Pedro Austin, o Vasco, o Taufic Saad, que era Tesoureiro, e o Senhor Maurício Sibut, Diretor Administrativo.

Os assessores do Gabinete eram o Tenente Roth e o Doutor Ermelino de Leão, dos quais guardo boas recordações.

A organização do cadastramento patrimonial havia-se completado quando deixei o cargo, após a eleição de Ney Braga para a Prefeitura de Curitiba.

Passei, então, para a Contadoria Seccional da Secretaria da Fazenda, na breve gestão de Ivo Leão. Nesse cargo permaneci até 5 de abril de 1957.

O meu escritório contábil - Auditoria Contábil Paranaense Ltda. - tinha se solidificado. A posição que eu ocupava no serviço público ajudou-me a adquirir conceito e dia a dia aumentava o número de clientes, forçando a transferência do escritório para local mais amplo. Mudei-me para o Edifício Maravalhas, mas não permaneci ali por muito tempo. Fiz a terceira mudança para o Edifício João Mariano, na Travessa Alfredo Bufrem, 50. Ali, em pouco tempo ocupei todo o 3º andar. Quinze funcionários ajudavam-me a atender à escrita de mais de 200 firmas em 1955.

O meu escritório, dada a eficiência dos meus colaboradores, era considerado modelar pelos fiscais do Estado.

Como eu acumulava um cargo público, resolvi constituir sociedade no escritório de contabilidade. Nomeei um dos meus funcionários como sócio-gerente da firma . Essa solução deu-me mais tempo para atender à minha função pública.

Assim procedi para não negligenciar os deveres sob a minha responsabilidade e creio que o consegui, uma vez que jamais recebi alguma observação desairosa.Penso que a melhor atitude é a de estar consciente do dever cumprido e essa sempre tem sido a minha filosofia. Não apenas para a paz da minha consciência, mas para cumprir os deveres atribuídos à minha responsabilidade.

Jamais, contudo, deve-se confiar na paz permanente. A sensibilidade humana varia como um barômetro e, quando menos se espera, aparece o imprevisto.

A Auditoria Contábil Paranaense Ltda. ia às mil maravilhas. Racionalmente organizada, com 15 funcionários competentes e 250 clientes, era uma colmeia de trabalho . As escritas era procedidas rigorosamente.Os levantamentos fiscais, feitos periodicamente, não apresentavam falhas. Os clientes tinham os seus interesses salvaguardados. A Senhorita Maria Noguchi era exemplo de eficiência. Com isso a minha organização foi crescendo e via a necessidade de complemen-

tá-la com um departamento jurídico. O meu amigo Alfredo Teixeira da Graça, ex-juiz da Comarca de Assaí, agora aposentado, aquiesceu em assumir a direção do novo departamento. Ao lado desse foi organizado o departamento de seguros. Nessa ocasião, aliou-se a essas organizações o Doutor Buskei, Subprocurador do Estado em disponibilidade. Essas vinculações de trabalho eram complementadas com amizade e tudo ia bem.

Lembro-me de um fato que demonstra a dedicação dos meus funcionários. Certa noite, quando eu estava voltando do cinema com minha esposa, notei que havia luz no escritório. Subi e fiquei atônito ao ver que, devido ao acúmulo de serviço, e por ser época de apresentação de balanços, todos os meus empregados estavam trabalhando. Essa dedicação dos meus companheiros emocionou-me. Fiquei ainda mais sensibilizado quando me contaram que de madrugada cercavam os leiteiros e padeiros na rua para tomarem o café. Achei que isso não deveria continuar, e instalei, incontinenti, num canto da sala, uma pequena copa para cada um fazer a sua

refeição. Ainda mais: autorizei ao meu preposto que, aos que trabalhassem até a madrugada, fosse dado transporte de táxi do escritório até suas casas. Eu não o fazia por vaidade, mas para solidificar a amizade com os que trabalhavam comigo. Valeu a pena ser como fui. Mesmo nos caminhos planejados, entretanto, às vezes aparecem percalços.

O meu sócio-gerente desligou-se da organização e tive de admitir outro. Aí, então, começaram as desavenças. A princípio, os desentendimentos eram contornados, mas voltavam a repetir-se até tornarem-se cansativos.

Resolvi desligar-me e passei a minha parte ao contabilista Olinto. Achei essa saída para não prejudicar os clientes que, embora não fossem todos meus amigos pessoais, eu os prezava como tais.

Mas o Olinto também não agüentou as impertinências do meu ex-sócio. Em conseqüência, os outros funcionários igualmente foram se demitindo, os clientes afastaram-se e a organização deixou de existir.

Foi uma pena que uma organização modelo se desmoronasse. Acredito que muitos clientes sentiram falta de um escritório assim. Mas sem orientação precisa tudo tende a ruir.

Eu, no entanto, não parei. Logo após o meu desligamento da Auditoria Contábil Paranaense Ltda. passei a dar assistência técnico-contábil e assessoramento administrativo a comerciantes e a prefeituras, principalmente quanto à correta prestação de contas destas.

De início, localizei-me na Rua Marechal Deodoro, no mesmo prédio onde funcionava a Junta de Conciliação e Julgamento do Trabalho. Mais tarde, transferi-me para o Edifício do Clube Curitibano, na Rua Barão do Rio Branco. Com o prestígio que eu tinha, a minha nova firma - Organização Paranaense de Contabilidade e Administração - progrediu rapidamente. Os meus companheiros de trabalho não mediam esforços para que tudo corresse bem. Às vezes eu até me surpreendia. E não era para menos, pois entre os

meus colegas da Organização Paranaense de Contabilidade e Administração tive ótimos amigos. Destacava-se como contabilista o eficiente Jorge Andraus. Ele era o gerente da firma e funcionário da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina. Em breve, porém, deixou o seu lugar na firma para o Doca, a quem igualmente não faltava competência.

Enquanto isso eu, que me dedicava mais à assistência contábil-administrativa aos prefeitos, pela convivência com os mesmos, fui tomando conhecimento dos problemas administrativos advindos do baixo percentual da renda destinada aos municípios e, por outro lado, familiarizei-me com as questiúnculas políticas.

Em virtude desse entrosamento, em maio de 1965, a convite do Deputado Arthur de Souza, assumi o cargo de Assessor da Assembléia Legislativa do Estado. Não o exercia de início, propriamente, na Assembléia, mas na Rádio Clube Paranense - PRB-2, emissora que na época tinha um programa diário sob a responsabilidade do Deputado Arthur

de Souza. Ali eu trabalhava das 7 às 18 horas, atendendo a pessoas humildes, vindas de diversas cidades em busca de solução para os seus problemas. Dias havia em que eu ficava até tarde da noite dando orientação e procurando solução para os que recorriam à solicitude bondosa do Doutor Arthur. Em grande parte, eram solicitações de internamento de enfermos carentes, de gente que precisava do apoio de seu representante na Assembléia Legislativa. E o Deputado Arthur de Souza procurava fazer tudo para os que o procuravam.

Durante dois anos fui o preposto dele. Em dezembro de 1968 pedi dispensa do cargo de Assessor Técnico do Deputado Arthur de Souza e passei a trabalhar no Departamento Administrativo. Ali fui incumbido pelo Eros Abdala, Diretor Administrativo, de implantar o Setor de Material e Patrimônio. Esse trabalho requeria tempo integral, motivo pelo qual deixei as minhas atividades particulares, passando o meu escritório ao colega Contador Mário Baba. No Setor de Material e Patrimônio eu contava com a colaboração de dedicados funcionários, como

Duílio Dias, Euthália, Sílvia, Rubens, Osvaldo Marques, Edu e outros.

Posteriormente, pelo Decreto Legislativo 329/70, de 1º de julho de 1970, fui designado para o cargo de Economista, passando a ser, durante um ano, assessor do Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa, Deputado Gabriel Manoel. Depois voltei ao Setor de Material e Patrimônio, onde elaborei um estudo, aprovado pela Casa, que consistia na implantação de novos métodos de controle de material e patrimônio. Sem vaidade, posso dizer que lancei um método profícuo que ajudou muito aqueles que procuravam melhor desempenhar o seu trabalho, animados pela esperança de melhorar de vida profissional.

Pelo Decreto Legislativo 298/79 fui colocado à disposição da Secretaria de Estado do Planejamento, sob a direção do Professor Véspero Mendes, passando a prestar serviços no seu Gabinete, como assessor.

Assim, sem sentir a passagem do tempo no exercício de cargos públicos, com 37 anos e 6 meses de serviço fui aposentado, a pedido. O Decreto Legislativo 517/79, publicado no Diário Oficial da Assembléia de 4 de outubro de 1979, liberou-me das atividades oficiais do Estado. Todavia, não fui afastado das lides públicas. Voltei a exercer o cargo na Secretaria de Estado do Planejamento.

Atualmente continuo prestando serviços na Secretaria de Estado da Administração, para onde fui trazido pelo Professor Véspero Mendes que, pouco tempo depois de assumir a pasta, desincompatibilizou-se para candidatar-se à Câmara Federal nas eleições de 15 de novembro de 1982. Substituiu-o o Doutor Luiz Eduardo Veiga Lopes, que permaneceu no cargo menos de 6 meses, passando-o ao Doutor Nivaldo Almeida Neto.

Essa mudança de Secretários nada alterou a minha posição de funcionário consciente dos meus deveres. Antes, pelo contrário, deu azo a que aumentasse o rol de minhas amizades, pois quem tem amigos nunca está sozinho.

22

ATIVIDADE SOCIAL, CULTURAL E ASSISTENCIAL

Em 1946 eu morava na cidade de Assaí. Após a conflagração européia o mundo ansiava por um caldeamento social. Pesava sobre a minha raça, entretanto, uma atmosfera de desconfiança e em Assaí a maioria dos habitantes era composta de japoneses.

O município foi fundado por gente emigrada do Japão e não era fácil, de início, fazer ligação com os habitantes locais. A desconfiança separava os brasileiros dos japoneses, embora convivessem com urbanidade. Observei isso e resolvi fazer

parte da Sociedade Recreativa e Esportiva , que era só de brasileiros. Alguns japoneses estranharam o meu procedimento, pois não lhes passava pelo pensamento a intenção que me havia levado a proceder assim. Eu procurava unir brasileiros e japoneses, ou melhor, procurava destruir o muro racista que entrepunha entre ambos a desconfiança.

Integrei-me por isso na convivência com os brasileiros como se fôssemos irmãos. Ao lado disso, convidava filhos de japoneses para fazerem parte da sociedade na esperança de que mais facilmente se incorporassem à comunidade e convivessem sem desconfianças. Vagarosamente, consegui com que o meu intuito se tornasse realidade. O clube cresceu e achei de bom alvitre congregar niseis e brasileiros na nova Sociedade Cultural de Assaí. Como vanguardeiros da mesma destacaram-se os companheiros Kuya, Shimba, Nakayama, Kawasse, Ikeda, os irmãos Kian e outros jovens entusiastas.

Ato contínuo, fundamos a biblioteca e organizamos a parte esportiva e recreativa. O Doutor Durval, advogado que trabalhava comigo, e um contador mineiro, cujo nome não me lembro, acharam por bem organizar um clube de futebol, pingue-pongue,etc. Essa iniciativa deu vida e ação à nova sociedade, com a rapaziada vibrando com a organização, sem pensar em racismo nem preocupar-se com idéias políticas e religiosas.

O entusiasmo esportivo aumentava quando havia competições com Cornélio Procópio e Uraí e, com isso, foi-se efetivando o congraçamento entre brasileiros e japoneses e a cidade de Assaí consolidou-se e cresceu mesclando as raças. Eu achava isso não somente bonito, mas benéfico e necessário para o estreitamento da amizade, que é uma força na vida das criaturas.

Em virtude da minha propensão de caldear amizades, ao chegar a Curitiba liguei-me logo aos entusiastas do esporte.Colaborei na fundação da Sociedade Cultural e Esportiva Pinheiros, de cuja diretoria fiz parte por muitos anos, bem como da So-

ciedade Cultural Nipo-brasileira e da Sociedade Beneficente Nipo-brasileira do Paraná. Com a colaboração do Major Ubirajara Brandão fundei o Centro Cultural Nipo-brasileiro, com a finalidade de divulgar a cultura e a língua japonesas, mas apesar do nosso esforço essa iniciativa não teve vida longa e a entidade deixou de existir em 1953.

Em 1977, com a colaboração de funcionários da Assembléia Legislativa do Estado, fui o precursor da fundação da Sociedade Beneficente Assistencial de Curitiba, que teve o seu reconhecimento como de Utilidade Pública em 5 de dezembro de 1978, pela Lei 7.062. Ela foi moldada na Sociedade Beneficente Anchieta, de São Paulo, e conta com a colaboração de Sakuemon Abe, Doutor Saburo Suguizawa, Doutor Ikeda, Professor Kichiji Fukishima e Hiroshi Koto, este substituindo o seu falecido irmão Hajime Koto. Pode - se dizer que é uma instituição modelar no país.

Ainda quando eu trabalhava na Secretaria da Assembléia Legislativa, tomei parte na reorganização da Caixa Beneficente

dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Paraná e da Cooperativa Habitacional Marumby dos Servidores Públicos, que era dirigida então pelo Senhor Lück, já falecido. Da primeira, cheguei a ser diretor e, da segunda, membro do Conselho Fiscal e Conselheiro da Diretoria, na época em que nos bairros de Carmela Dutra, Alto do Tarumã e Cajuru foram construídos conjuntos de casas e apartamentos para os cooperativados.

Independentemente dessa ligação direta com organizações culturais, esportivas e beneficentes do Estado do Paraná, sou delegado da Sociedade Brasileira de Educação e Integração, da Sociedade Geográfica Brasileira e da Sociedade Brasileira de Artes, Cultura e Ensino, de São Paulo. Mantenho com elas estreitas vinculações como seu representante no Paraná, não medindo esforços para estabelecer ligações associativas, dentro das normas estatutárias, bem como ajudando nas promoções de solenidades comemorativas e cívicas da história pátria.

Em 1963, ao freqüentar o Ciclo de Estudos, Diretrizes e Bases de Segurança Nacional, promovido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, aprendi que o lema dos brasileiros deveria ser "Cor Unum et Anima Una pro Brasilia".

Em 1981 fui indicado pelo Coronel Jansen de Melo para membro da Liga de Defesa Nacional, Delegacia do Paraná. Nesse honroso cargo não quero exercer apenas papel decorativo, pois o meu lema sempre foi de trabalho e, como cidadão consciente do meu dever, procuro incentivar, principalmente os moços, para estarem sempre atentos à defesa dos interesses da pátria.

Em 27 de agosto de 1982 fui admitido como membro efetivo do Instituto Internacional de Cultura, que é vinculado à United Nations Association of the United States of America, cujo lema é trabalhar sempre pela paz, fraternidade e justiça, não importando credos ou raças, pois todos somos gente debaixo do sol que nos aquece, embora esquecidos de que a união faz a força e a amizade tonifica o amor no coração dos povos.

23

VIDA EM FAMÍLIA

A família é o alicerce na consolidação de uma sociedade bem constituída, porém só poderá ser solidamente promissora se for cimentada pelo amor. A educação é a herança que mais tarde se manifesta na convivência com os outros. Não é fácil dar aos filhos tudo o que se deseja, principalmente na nossa época, em que se fala mais em guerra do que em paz. Estamos na era espacial, mas os homens ainda se matam por causa de comida. É paradoxal isso, porque todas as ideologias apregoam a paz e o amor entre as criaturas. Mas aqui não é bem disso que se trata e, sim, da evolução da minha família e do meu lar.

Em princípios de 1953 mandei construir no bairro do Cajuru uma modesta casa. A minha esposa preparava então o enxoval para o nosso primogênito. Não demorou muito e nascia Hélio. Foi uma alegria. Víamos no seu nascimento o prolongamento de nossas vidas. Nessa época vieram residir conosco o meu irmão Tadai e a esposa dele, Jondina Leite. A família deles também foi acrescida com o nascimento da Suzi, de quem somos padrinhos.

Mas não ficou nisso. Enquanto crescia o Hélio nasceu o nosso segundo filho, que na pia batismal recebeu o nome de José Carlos e teve como padrinhos meus sogros, Senhor João Alberini e Dona Ida, orgulhosos por serem padrinhos de um neto. Os avós são pais com açúcar, dizia Coelho Neto e disso me convenci ao ver meus sogros acariciando o afilhado.

Nessa época eu trabalhava na Chefatura de Polícia e atendia no meu escritório de contabilidade. O transporte não era fácil e roubava-me muito tempo. Resolvi, en-

tão, alugar um apartamento no Edifício Santo Antônio, na Rua Itupava, para poder dedicar mais tempo ao atendimento das minhas obrigações.

Tudo corria bem. O nosso Hélio crescia e tornava-se cada vez mais peralta e o mesmo acontecia com o José Carlos.

Apesar dos deveres do lar, minha esposa queria ajudar na manutenção da casa. Resolveu, por isso, usar o seu espírito prático. Compramos, então, uma mercearia na Rua Almirante Tamandaré. Na compra empatamos parte do dinheiro da venda da casa do Cajuru e fomos morar, provisoriamente, junto à mercearia. Não o fizemos por comodidade, mas por conveniência, tanto mais que minha esposa estava grávida. Em 11 de julho de 1961 nascia a nossa filha Marilda Lúcia, cujos padrinhos são os nossos amigos Mário Bandeira e sua esposa Dona Ivone. O nosso lar completou-se de alegria, pois tínhamos dois filhos e uma filha. O lucro da mercearia, todavia, não compensava e resolvemos desfazer-nos dela.

Com a venda da mercearia e da residência voltamos a morar na casa de Dona Negra. Enquanto isso, mandei construir uma casa no Jardim Social, que era a primeira em construção no local, como aconteceu em 1953, no bairro do Cajuru, isto é, eu era o primeiro a mandar erigir uma casa no local. Era, portanto, o precursor do lugar. Para lá nos mudamos em 1964. Nessa casa, no entanto, não fomos felizes. O nosso primogênito, após uma enfermidade, acabou falecendo no dia 17 de março de 1965. Não quero minuciar o triste acontecimento, pois isso faria sangrar a cicratiz da ferida que profundamente dilacerou o meu coração e o de minha esposa. Mesmo assim posso dizer que com a morte do meu filho perdi um companheiro de 12 anos. Cursava ele o 2º ano no Ginásio Nilson Ribas.

Mas que fazer ? Estava escrito. Não adianta blasfemar. A solução é superar o acontecimento, levantar a cabeça e continuar a vida. A filosofia humana nem sempre serve de lenitivo, porém é um tônico quando a tristeza persiste no coração. Quando penso naquele campo, que se chamava Bittencourt, vejo em pensamento vacas e cavalos pastando e o meu filho brincando de montaria ou caçando sapos e outros bichos com os seus amiguinhos. O terreno, hoje loteado e coberto de casas, para mim ainda é o mesmo na lembrança. A dor com a morte do nosso filho foi grande e só teve uma compensação quando, em 7 de junho de 1965, nasceu o nosso filho Cláudio Antônio. Não que ele substituísse o Hélio, porque cada filho é um pedaço do coração, mas preencheu com a sua alegria o vazio do luto.

Em 1968 vendi a casa do Jardim Social. Comprei logo do Senhor Takeda, Gerente do Banco Riachuelo, na Alameda Doutor Murici, onde hoje funciona o Banco Bandeirantes, um apartamento na Avenida Iguaçu,612. Ali logo fizemos novos amigos, destacando-se entre eles o Doutor Furlan e Fernando Wanderbruk e a irmã dele, Dona Anita.

Em 1970 resolvi construir uma casa na Rua Francisco Rocha, entre as Ruas

Padre Agostinho e Padre Anchieta. Essa nova residência foi custeada com o dinheiro da venda do apartamento. Ali ficamos otimamente instalados e não pensávamos em mudança, mas um novo imprevisto fez com que nos mudássemos. A nossa confortável residência foi ameaçada de ficar prejudicada, principalmente quanto à iluminação, pela construção de um edifício de 20 pavimentos ao lado, de outro atrás e ainda de um terceiro à frente. Essa trilogia ameaçava sufocar-nos como prisioneiros, carentes de ar e de sol. Diante disso, resolvi vender a casa e procurar outro lugar para morar. Adquiri um apartamento recém-construído na Avenida Iguaçu, 1.887 e vendi-o em 1979.

Finalmente adquiri uma ótima casa na Rua Fernando Ferrari, 46, no bairro do Bom Retiro, próximo à Rua Mateus Leme, onde residimos felizes até hoje eu, minha esposa e os nossos três filhos. Minha casa é também casa dos meus amigos. Não se acumulam nela ódios e desavenças, mas amor e otimismo.

O meu filho José Carlos tem 26 anos e estuda Engenharia Mecânica na Faculdade de Engenharia de Joinvile, Santa Catarina; Marilda Lúcia, com 21 anos, é acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná; e Cláudio Antônio, que tem 16 anos, é estudante do Curso de Edificações no Centro Federal Tecnológico do Paraná. Cada um procura estruturar o seu futuro e eu e minha querida esposa desejamos-lhes felicidades, muitas felicidades.

Aí está, em rápidos traços, o relato da minha vida, junto de minha companheira e esposa Elvira e dos meus filhos, que completam, como detalhe importante, o retrato da minha existência cheia de percalços, anseios e satisfações. Se não fosse assim não seria digna de ser contada, pois viver não é apenas "passar pela vida derrubando árvores", como diz o laureado escritor L. Romanowski. Viver é plantar árvores e colher flores e frutos como compensação do seu labor. E é isto o que sempre fiz e continuo fazendo.

24

RECONHECIMENTO PÚBLICO

A sensibilidade humana tem reações imprevisíveis, guardando as imagens dos acontecimentos e trazendo-os à lembrança de forma objetiva nos instantes em que se pensa no passado.

As más não valem a pena serem comentadas, sendo melhor sepultá-las no túmulo do arrependimento. As agradáveis, porém, devem ser emolduradas na lembrança e na saudade. Elas são gratificantes e nos dão íntima satisfação quando voltam à tona da recordação. Atestam o nosso esforço no sentido de ajudar a concretização dos fatos que gé-

ralmente são testemunhos de realizações meritórias.

E é por essa razão que não deixo de me sentir bem ao recordar quando, em 2 de maio de 1955, recebi das mãos do Coronel Carlos de Assumpção, a portaria 323, que me comunicava o elogio pelos serviços prestados na Chefatura de Polícia do Paraná. Embora eu não trabalhasse por vaidade, mas por dever, não me deixou de ser gratificante saber que foi considerado exemplar o meu trabalho "demonstrando elevado senso de dever e insuperável padrão de comportamento moral, além do propósito de tudo devotar com energia, serenidade e sacrifício à causa pública".

Em prosseguimento, a Assembléia Legislativa do Paraná, a requerimento do Deputado Gabriel Manoel, aprovou Votos de Congratulações pelos diversos cursos de aperfeiçoamento e especialização que eu havia concluído, a fim de melhor orientar o setor que estava sob a minha direção naquela Casa de Leis (Ofício S.A. 367/69).

Não estaria, entretanto, completo o currículo das anotações e promoções que destacaram o meu labor funcional, se eu aqui não relacionasse distinções que me foram conferidas e que são testemunhos da minha dedicação aos encargos a mim confiados. Jamais alguém recebe elogios se não realiza um bom trabalho. Eu não os menciono por vaidade mas, como já afirmei em outro lugar, para complementar estes traços biográficos. Eles são o apêndice de congratulações pelos esforços em ser útil no decorrer dos anos.

Em 29 de janeiro de 1971 foi-me consignado, conforme o protocolo 481/71, um Voto de Louvor "pelos relevantes serviços prestados e pela dedicação com que se houve no desempenho das atribuições que lhe foram cometidas, pelo Senhor Diretor Administrativo da Assembléia Legislativa do Estado".

Pela portaria 282/73, de 31 de outubro de 1973, o Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná consignou Voto de Louvor pela realização de trabalhos de caráter técnico-científico, de reformulação e organização técnica da Divisão de Material e Patrimônio.

Em 18 de março de 1974 tive novamente ratificado o reconhecimento da minha dedicação. O Deputado Gabriel Manoel, então Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa, requereu e o plenário aprovou um Voto de Louvor "pela dedicação no estudo e aperfeiçoamento dos serviços administrativos do setor que dirige, além de cumprir com a máxima eficiência seus deveres funcionais como Chefe exemplar da Divisão que supervisiona com dedicação e idealismo, sendo considerado pelos seus subordinados um verdadeiro líder de sua equipe,onde vem dando o melhor de si para o aperfeiçoamento dos serviços burocráticos, dignificando as funções públicas que exerce".

Em 13 de julho de 1976 fui agraciado com o título de Cidadão Honorário de Curitiba, conforme proposição do Vereador Arlindo Ribas de Oliveira. Recebi-o em 28 de março de 1977, pela Lei 5.452. Essa homenagem foi-me concedida pelos relevantes serviços prestados, desinteressadamente, à coletividade curitibana. Assinalou, ela, inegavelmente, um inolvidável presente que a Câmara de Vereadores de Curitiba deu-me

no dia de meu natalício. Senti-me emocionado no momento em que a recebi, pois eu passava, naquele momento, a ser cidadão curitibano.

Igualmente sem vaidade, registro as honrarias a mim conferidas no âmbito nacional:

Em 3 de junho de 1978 recebi a Medalha Ana Nery, outorgada pela Sociedade Brasileira de Educação e Integração, de São Paulo.

Em 18 de julho de 1978 recebi, como complemento, o Medalhão Comemorativo do 70º Aniversário da Imigração Japonesa no Brasil.

A mesma Sociedade, em 7 de agosto de 1978 conferiu-me, como reconhecimento pelos serviços que desinteressadamente prestei, o Diploma de Membro Benemérito, incluindo-me na Ordem do Mérito de Educação e Integração.

Em 13 de setembro de 1978 recebi a insígnia de Comendador, com o respectivo diploma.

Em outubro de 1978 fui promovido ao grau de Grande Oficial da Ordem.

Antes que a minha satisfação arrefecesse, em 15 de novembro de 1978, fui surpreendido com a Medalha Marechal Cândido Rondon, outorgada pela Sociedade Geográfica Brasileira, sediada em São Paulo. (Essa medalha foi reconhecida pelo Governo Federal pelo Decreto 45.566, de 13 de março de 1959.)

Em 8 de dezembro de 1978, por ocasião do 10º aniversário da Sociedade Brasileira de Educação e Integração, na sessão de encerramento das festividades do 70º Aniversário da Imigração Japonesa no Brasil, ocorrido em junho de 1978, obtive a promoção ao grau máximo da Ordem do Mérito de Educação e Integração, isto é, recebi a Grã-cruz a Comenda e a Faixa, acompanhadas de Diploma.

Em 15 de novembro de 1979, na solene comemoração do 90º Aniversário da Repúbli

ca Brasileira, recebi a Láurea Pero Vaz de Caminha do Instituto Histórico Pero Vaz de Caminha, de São Paulo.

Em 25 de abril de 1980, a Sociedade Brasileira de Artes, Cultura e Ensino de Campinas, São Paulo, concedeu-me a Medalha de Mérito Carlos de Carvalho, patrono dos Contabilistas Brasileiros.

Em 7 de setembro de 1980, recebi a Medalha Brigadeiro José Vieira Couto Magalhães, da Sociedade Geográfica Brasileira, que foi oficializada pelo Decreto 40.607, de 23 de agosto de 1962, pelo Governo do Estado de São Paulo.

Ainda em 7 de setembro de 1980, a revista O Expedicionário, do Rio de Janeiro, honrou-me com Diploma e Medalha, como reconhecimento dos meus modestos préstimos.

Na mesma data fui agraciado também com a Medalha Comemorativa da visita do Papa João Paulo II, a qual trazia anexo o Certificado de Gratidão, que me fora concedido pelo Instituto Histórico e Cultural Pero Vaz de Caminha.

Em 16 de outubro de 1980, foi-me outorgada pela Sociedade Brasileira de Estudos Municipalistas a Medalha de Mérito Municipalista, acompanhada do respectivo diploma, pelo meu interesse em prol do municipalismo, que representa o pedestal do progresso dos Estados e, conseqüentemente, do país.

Em 18 de dezembro de 1980 fui honrado com o Colar Marechal Rondon, elevando-me ao grau de Comendador da Ordem Marechal Rondon, uma das mais altas distinções honoríficas da Sociedade Geográfica Brasileira. Isso automaticamente incluiu-me no Grande Oriente da Ordem. Orgulhoso senti-me ao usar pela primeira vez a toga e a insígnia dessa importante instituição oficializada em 25 de agosto de 1965.

Por fazer parte da Liga de Defesa Nacional, em 22 de dezembro de 1980 foi-me concedida pela Sociedade Brasileira de Estudos Municipalistas a Medalha Cultural e Cívica Olavo Bilac, que representa a lembrança do empenho do grande poeta como propugnador do serviço militar obrigatório.

Ainda em São Paulo, na data que assinalava a sua fundação, o Instituto Histórico e Cultural Pero Vaz de Caminha homenageou-me com o Colar José de Anchieta - Apóstolo do Brasil.

Em 5 de novembro de 1981, pela Lei 7.519, foi-me concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, que recebi em 15 de junho de 1982, em sessão solene da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Embora detentor de tantas honrarias representadas por títulos e condecorações, continuo sendo o mesmo homem. Não homem empavonado de vaidades, mas simples, cônscio dos seus deveres de cidadão e chefe de família, pronto a servir, no possível, aos que precisarem de mim.

Pode parecer que fui vaidoso assinalando todas as ocasiões e datas em que fui agraciado com diplomas, medalhas e elogios. É natural que alguém assim pense, mas eu gostaria de lembrar que, ao lado disso, não titubiei em contar no início deste relato as minhas vicissitudes. Lutei muito e

gostaria que todos fizessem como eu para serem reconhecidos, até mais vezes do que eu, pela colaboração em prol dos semelhantes e pela paz universal.

25

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

À primeira vista pode parecer que gosto de ser prolixo e repetitivo, mas não é bem isso. Procuro ser explícito para não ferir susceptibilidades, por equívoco, e para registrar com clareza certos fatos ligados à minha vida.

Eis porque repriso aqui os primeiros acontecimentos que me ligaram à política no Paraná, logo que me tornei brasileiro por naturalização. Pelo telegrama que o então deputado Federal Bento Munhoz da Rocha Neto me enviou fiquei sabendo que o decreto da minha naturalização havia sido sanciona-

do em 27 de junho de 1950 pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra e pelo Ministro do Interior e da Justiça Honório Monteiro. Exultei de alegria, pois havia me tornado de fato cidadão brasileiro.

Há muito eu me considerava brasileiro e amava o Brasil, embora não gozasse, juridicamente, do direito de participar da política. Por isso, logo procurei o Doutor Alfredo Teixeira da Graça, Juiz de Direito da Comarca de Assaí, pedindo-lhe a ratificação da minha naturalização, mas como os trâmites burocráticos costumam alongar o remate do que as leis aprovam, somente em 22 de setembro de 1950 oficializou-se o meu compromisso de "bem e fielmente cumprir os deveres de cidadão brasileiro, ler e escrever a língua portuguesa e renunciar, para todos os efeitos, à nacionalidade anterior, de conformidade com o que exige, em seus artigos, a Constituição Federal".

A minha naturalização veio em tempo oportuno. A época era de campanha política e, por isso, não hesitei em trabalhar

pela eleição do Doutor Bento Munhoz da Rocha Neto para Governador do Estado do Paraná. Não o fiz apenas por gratidão, mas por ter reconhecido nele um homem que reunia predicados para governar o Estado. Consciente, pois, dos meus deveres cívicos, liguei-me logo ao Doutor Roberto Barroso, então Presidente do Diretório Estadual do Partido Social Trabalhista, que me encarregou da organização do Diretório Municipal de Assaí. Sem demora diligenciei tudo e reuni os componentes do novo diretório que, em assembléia geral, elegeram-me presidente.

Com a aquiescência dos meus companheiros entrei em contato com Lupércio Soares, Presidente do Diretório Municipal do Partido Trabalhista Brasileiro, e com Almiro Ramalho, Presidente do Diretório Municipal da União Democrática Nacional, ex-prefeito e proprietário de uma farmácia, formando uma aliança política. Ato contínuo, iniciamos a campanha em prol da eleição de Bento Munhoz da Rocha Neto que, depois de muito trabalho, foi eleito com larga margem de votos sobre o candidato do Partido Social Democrático.

Senti-me grato aos eleitores de Assaí pelo seu apoio ao meu trabalho e integrei-me cada vez mais nos deveres cívicos. Em 1954 eu trabalhava na Chefatura de Polícia e o Major Ney Braga, que era o Chefe de Polícia, candidatou-se para disputar o cargo de Prefeito de Curitiba pelo Partido Democrata Cristão. Pela amizade que me ligava a Ney Braga optei pela filiação ao partido dele e passei a trabalhar na campanha eleitoral, organizando comitês no bairro do Cajuru. Com a colaboração de professoras e donas-de-casa foi-me possível organizar comitês femininos.

Ney Braga foi eleito Prefeito de Curitiba, tendo sido excelente o seu desempenho à frente da administração municipal.

Em 1958 Ney Braga foi eleito Deputado Federal pelo Paraná e no ano seguinte elegeu-se Governador do Estado. Participei ativamente das duas campanhas, assim como, em 1965, trabalhei com êxito pela eleição de Paulo Pimentel para o Governo do Estado.

Atualmente estou integrado na campanha do Professor Véspero Mendes, candidato a Deputado Federal pelo Partido Democrático Social nas eleições de 15 de novembro de 1982. (*)

(*) Véspero Mendes obteve mais de 37.000 votos, sendo o primeiro suplente da bancada do PDS à Câmara Federal.

26

SONHOS

Sonhei, quando estava na escola primária, ingressar numa escola superior.

Sonhei, enquanto estudava e trabalhava, ajudar meus pais e irmãos.

Sonhei, quando vim morar no Paraná, lutar pelo congraçamento entre japoneses e brasileiros.

Sonhei contar, neste pequeno livro, a minha vida. Realizei todos esses sonhos. Sinto-me realizado e feliz.

E continuo sonhando.

Ao dedicar-me a prestar serviços assistenciais à comunidade, ao colaborar para o despertar do espírito patriótico dos jovens e ao incentivar o trabalho pela fraternidade e pela justiça, busco a realização do meu sonho de união dos homens num mundo de paz.

Capa: Fernando Ikoma

Iwaya, Armando Soichi

Samurai da Paz: saga
de um imigrante japonês.
Curitiba, PR.
1982

178 p. : 21 cm

1. História - imigrante.
I. Título

Samurai da Paz

Armando Soichi Iwaya